

# NOTA **técnica** AIPARDES

---

Nº 16

**Ruralidade, Agricultura  
Familiar e Desenvolvimento**

Valeria Villa Verde Reveles Pereira  
Angelita Bazotti

Curitiba  
2010

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Orlando Pessutti - *Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Allan Jones dos Santos - *Secretário*

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

Maria Lúcia de Paula Urban - *Diretora-Presidente*

Nei Celso Fatuch - *Diretor Administrativo-Financeiro*

Gracia Maria Viecelli Besen - *Diretora do Centro de Pesquisa*

Deborah Ribeiro de Carvalho - *Diretora do Centro Estadual de Estatística*

Thaís Kornin - *Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento*

EDITORAÇÃO

Maria Laura Zocolotti - *Coordenação*

Ana Batista Martins, Ana Rita Barzick Nogueira, Léia Rachel Castellar - *Editoração eletrônica*

Estelita Sandra de Matias - *Revisão de texto*

## NOTA *técnica* AIPARDES

---

As notas técnicas do IparDES constituem breves abordagens sobre temas relevantes para a agenda de pesquisa e planejamento do Estado.

# RURALIDADE, AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO\*

*Valeria Villa Verde Reveles Pereira\*\**

*Angelita Bazotti\*\**

## INTRODUÇÃO

*A agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, toda a diversidade (LAMARCHE, 1993)*

Na concepção deste texto considerou-se oportuno trazer para o público, e para o âmbito da administração pública em particular, contribuições teóricas e metodológicas relevantes para a compreensão do papel da agricultura familiar no desenvolvimento do Estado do Paraná. A retomada do tema, com essa perspectiva, vem no sentido de reforçar ideias que têm sido discutidas entre os estudiosos do rural e até mesmo adotadas no âmbito da política pública, mas que ainda assim permanecem ausentes de uma discussão mais ampla da gestão pública.

O texto incorpora e dá continuidade à nota técnica<sup>1</sup> elaborada em outubro de 2009 em que, na segunda parte, foram analisados dados do Censo Agropecuário 2006 (CA 2006) para a Agricultura Familiar (AF), traçando o perfil mais geral desse segmento. O esforço empreendido neste documento esteve orientado para trazer, tanto quanto possível, os temas que possam ampliar a compreensão das condições e circunstâncias mais gerais que viabilizam, limitam ou impedem a participação da agricultura familiar no desenvolvimento.

---

\* As autoras agradecem ao Prof. Dr. Guilherme Delgado, que, prontamente, aceitou participar do seminário interno promovido pelo IparDES. Suas análises e observações acerca da realidade rural brasileira são argutas e, por isso, instigantes. As autoras agradecem ainda a leitura crítica do texto e as contribuições sugeridas pelos técnicos Anael Pinheiro Cintra, Diócles Libardi e Lenita Maria Marques.

\*\* Sociólogas, pesquisadoras do IPARDES.

<sup>1</sup> Consultar IPARDES (2009).

A denominação 'agricultura familiar' abarca uma multiplicidade de situações, refletindo-se em diferentes recortes adotados nos estudos. Assim, não sendo uma definição de fácil apreensão, e dados os limites apresentados (acesso aos dados, representatividade ou tempo hábil), optou-se por dividir o texto em duas partes distintas, porém complementares. A primeira seção procura trazer contribuições que agregam elementos à reflexão sobre o tema numa perspectiva teórica; a segunda delinea um retrato da agricultura familiar a partir dos dados do Censo Agropecuário 2006, disponíveis no sítio do IBGE, em especial o banco disponível no Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra), organizado a partir do critério de agricultura familiar estabelecido pela Lei n.º 11.326 de 24 de julho de 2006.<sup>2</sup> Sobre esse aspecto é preciso mencionar o escopo limitado da análise dos dados, uma vez que estes captam apenas parte dos beneficiários da ação pública devido ao reducionismo expresso no texto da lei. É preciso destacar ainda que os aspectos mais propriamente sociais não puderam ser suficientemente explorados, pois o Censo Agropecuário é uma pesquisa de caráter econômico, e a unidade de referência é o estabelecimento, e não a família ou domicílio, o que limita análises de cunho social.

Por ser um tema 'em aberto', a nota técnica não traz conclusões, mas, com base no que foi apresentado, finaliza retomando os elementos que, por sua natureza, deveriam nortear estudos e projetos.

Convidamos o leitor a nos acompanhar por essas páginas, que não trazem certezas, mas percepções, indagações e inquietações que a realidade delineada nos suscita.

### **Considerações iniciais, alguns conceitos e referências teóricas**

Não obstante os indicadores sociais brasileiros apontarem para um maior nível de inclusão, a permanência das desigualdades em todos os níveis continua sendo um desafio para todos aqueles comprometidos com uma sociedade inclusiva e socialmente justa. Dentre os desiguais, os *ruris*<sup>3</sup> sobressaem tanto por um certo grau de defasagem no acesso

---

<sup>2</sup> Resumidamente, o texto da Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária. Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Para visualizar a lei completa, acesse [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm).

<sup>3</sup> Para todos aqueles que vivem no *ruris* (espaço rural), independentemente da zona do domicílio ou da atividade exercida, contrapondo-se a *urbis*.

a bens e serviços quanto pela tímida incorporação dessa população nas estratégias de desenvolvimento regional.

Considerando que a economia paranaense é fortemente dependente do setor primário<sup>4</sup> e que parcela expressiva de sua população está vinculada a ele, somente com a incorporação dos rurais o compromisso com o desenvolvimento assume sua complexidade e avança em direção à sua realização.

De quem se fala? Quem são os rurais? Para responder a essa pergunta básica parte-se do lugar em que se vive<sup>5</sup>, pois a dimensão espacial permite ampliar o olhar e assumir a diversidade presente no ambiente natural e social. Como medida de aproximação em direção a esse lugar busca-se identificar espaços mais ou menos alterados. "Afim, não pode haver nada de mais rural do que ecossistemas quase inalterados (ou 'intocados'), e nada de mais urbano do que os ecossistemas dos mais artificializados." (VEIGA, 2004).

Existem, na literatura especializada, contribuições significativas demonstrando o inter-relacionamento rural-urbano com pesos diferenciados ora para um lado, ora para outro, além da coexistência, em uma mesma região, de espaços essencialmente urbanos convivendo com espaços rurais 'profundos'. Para a discussão, que se acredita pertinente, este é um ponto decisivo, pois dele decorrerão a natureza e a amplitude das políticas públicas para o *ruris*.

Muitos são os autores<sup>6</sup> que contribuíram e continuam contribuindo para a compreensão desse espaço complexo, diverso, impreciso, elástico e, não raro, carregado de preconceitos. Ao discutirem o espaço rural, setores de atividades, diversidade, população, atividade, estrutura fundiária, desenvolvimento local e regional, além de outros temas correlatos, eles produziram textos referenciais que ampliam a percepção da realidade rural brasileira<sup>7</sup>.

A transição de uma sociedade rural para uma sociedade industrial, urbana, vivenciada com maior ou menor intensidade pelo Brasil durante todo o século XX, deu origem a um inacreditável afastamento do modo de vida rural, como destaca Garcia (2003b):

As dificuldades em promover o desenvolvimento do campo são muitas e variadas. No entanto, uma se destaca: nosso preconceito com tudo que vem de lá. O caipira, o jeca-tatu, o toscão, o rústico, o atraso, o desconhecido, o ignorante das modas cosmopolitas, o outro, enfim. [...] Valorizamos negativamente o rural e os rurais. Admitimos, quando muito, os empresários agropecuários que circulam pelas nossas cidades em suas cintilantes caminhonetes importadas, com seus chapéus, botas e cintos de *cowboys* americanos, que habitam apartamentos de luxo ou condomínios exclusivos. Por isso e pelo poder dos

---

<sup>4</sup> Para um dimensionamento econômico recente dessa participação, consultar a Nota Técnica n.º 2 "Agronegócio Paranaense: movimentos recentes e importância no âmbito nacional", de Julio Takeshi Suzuki Júnior, pesquisador do IPARDES. Disponível em: <[www.ipardes.pr.gov.br](http://www.ipardes.pr.gov.br)>.

<sup>5</sup> Alguns fundamentos desta análise podem ser encontrados em Villa Verde (2004).

<sup>6</sup> Autores como Abramovay, Da Veiga, Delgado, Graziano da Silva, Kageyama, Martins, Schneider, Wanderley, para citar alguns.

<sup>7</sup> O rural, quando deslocado do âmbito setorial para o espacial, encontra nos teóricos do desenvolvimento importantes contribuições, como é o caso de Milton Santos e Celso Furtado.

grandes proprietários de terra (fazendeiros e pecuaristas tradicionais) e das elites urbanas que impõem seus interesses sobre a alocação dos recursos públicos, o povo do "campo" sempre foi discriminado e o rural só entrou marginal e topicamente na agenda governamental e na preocupação dos demais atores sociais. Isso acontece até mesmo com os partidos políticos que, em seus programas, quando muito, tratam o rural no âmbito da política agrícola que defendem; não raro misturam propostas para o agronegócio aos projetos de reforma agrária e para a agricultura familiar, como se esses fizessem parte de uma mesma e harmoniosa comunidade.

Desfazer equívocos, contextualizar a vida rural, com base no presente, requerem admitir a extrema desigualdade, mas também perceber que, nesta primeira década do século XXI, o rural 'com gente'<sup>8</sup> não é apenas o espaço da negação, dos 'sem-sem'<sup>9</sup>, pois isto significaria se fechar para um cotidiano pleno de diversidade e que também se recria. É preciso considerar que, em um processo mais lento e, ainda hoje, gradual, o meio rural também foi impactado pelo acesso à tecnologia, informação, educação, políticas distributivas e de combate à pobreza, ao crédito, entre outras circunstâncias transformadoras vivenciadas pela sociedade brasileira com maior intensidade nas duas últimas décadas.

Parece-nos imprescindível chamar a atenção para a pluralidade social do mundo rural, por onde necessariamente passará o compromisso da sociedade brasileira com os que vivem nesses espaços, até mesmo por ser justo, pois a sociedade também depende deles. Compromisso que deve se expressar em um amplo leque de programas e projetos que traduzam oportunidades e garantam equidade – condicionantes do desenvolvimento.

Do ponto de vista da ação pública torna-se fundamental avançar no reconhecimento das demandas da população rural, esteja ela mais ou menos dependente do setor primário da economia. Como instrumento de análise e suporte para essa reflexão foram adotados critérios de área e de população retomando uma medida utilizada em outros estudos, como aproximação e delimitação do rural no Estado do Paraná. É importante reforçar que se trata de aproximações que permitem inserir a agricultura familiar no contexto mais amplo e difuso do espaço rural e, assim, inseri-la amplamente, de fato e de direito, nas políticas de desenvolvimento.

Diversos autores avaliam que a característica principal da agricultura familiar está em reunir ao menos o tripé gestão, propriedade e trabalho familiar (SCHNEIDER, 2003; CHAYANOV, 1981). A combinação destes três elementos identifica que um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo; uma unidade de produção e de reprodução social. Consequentemente, a análise desse tipo de estabelecimento requer reconhecer a família como unidade indivisa de produção e controle da exploração agrícola.

---

<sup>8</sup> Em oposição ao rural 'sem gente' das empresas agrícolas, onde predominam grandes áreas com alto nível de mecanização.

<sup>9</sup> Expressão cunhada por José Graziano da Silva (2000) referindo-se aos 'sem terra e sem emprego e quase sempre também sem casa, sem saúde, sem educação, e, principalmente, sem organização [...]'.  
[...].

Chayanov sustenta que a agricultura familiar não forma um setor autônomo e que ela deve absorver o progresso técnico e a modernização, indo ao encontro do que muitos estudiosos tentam mostrar (ABRAMOVAY, 1997; WANDERLEY, 2000), a saber, que ser agricultor familiar não é sinônimo de pequena produção nem tampouco de atraso tecnológico, mas se refere a uma lógica produtiva diferente da agricultura extensiva, cuja base é a empresa agrícola identificada com as *commodities*<sup>10</sup>. Embora, para efeito das políticas públicas, a agricultura familiar também abarque segmentos que estão fora do mercado, como a agricultura de subsistência, quilombolas, faxinais e outras formas de viver no meio rural.

Essas e outras questões mostram a agricultura familiar no contexto multifacetado da realidade rural, questões estas cruciais para manter ou redefinir políticas públicas. E quando se fala de agricultura familiar no Brasil, e no Paraná em particular, é importante ter presente o contexto das lutas sociais, especialmente as lutas por reforma agrária. Estas levaram a uma maior organização dos agricultores, e, juntamente com outros fatores, conduziram a um debate público que resultou na aprovação da Lei n.º 11.326 de 2006, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Nesse sentido, é preciso considerar que o arcabouço jurídico confere à agricultura familiar visibilidade e reconhecimento enquanto ator social, chamando a atenção para suas demandas e particularidades. Está subjacente ao texto da lei a valorização do meio rural, espaço da diversidade de produção e de um modo de vida distinto da agricultura extensiva.

## 1 RURALIDADE, UMA NOÇÃO SOCIOESPACIAL

O leitor pode estar se perguntando sobre qual o sentido de tratar do tema da ruralidade em uma nota técnica sobre agricultura familiar no Paraná. A motivação para isto encontra-se no reconhecimento da diversidade e amplitude que a agricultura familiar abarca, conjugada com a necessidade de inseri-la nas análises mais amplas do desenvolvimento. A dimensão espacial permite retirá-la da estreiteza analítica em que as visões compartimentalizadas costumam estar sujeitas e colocá-la no burburinho da vida cotidiana.

---

<sup>10</sup> "Dois fatores, de grande importância, marcaram as transformações recentes do mundo rural brasileiro. Por um lado, pela primeira vez na história, a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social. Antes vistos apenas como os pobres do campo, os produtores de baixa renda ou os pequenos produtores, os agricultores familiares são hoje percebidos como portadores de uma outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no país. [...] Por outro lado, a forte e eficaz demanda pela terra se traduz hoje pela emergência de um setor de assentamentos de reforma agrária. Uma das principais conseqüências destes dois movimentos é a revalorização do meio rural como lugar de trabalho e de vida, que se expressa na retomada da reivindicação pela permanência ou retorno à terra. Esta 'ruralidade' da agricultura familiar, que povoa o campo e anima sua vida social, se opõe, ao mesmo tempo, à relação absenteísta, desaprovadora e predatória do espaço rural, praticada pela agricultura latifundiária, à visão 'urbano-centrada' dominante na sociedade e à percepção do meio rural sem agricultores." (WANDERLEY, 2000).

Reconhecer o lugar onde a vida se realiza concretamente cria as condições de perceber o agricultor familiar em toda a sua complexidade. Tal como descrito por Lamarche e outros autores, os agricultores familiares fazem parte de uma comunidade, e as suas especificidades só poderão ser compreendidas e dimensionadas na sua relação social com o todo que a cerca e com o qual dialoga, se opõe ou coopera.

No início dos anos 1960, Antonio Candido escreveu: "[...] quando estudamos a vida caipira, não podemos mais reportar-nos ao seu universo por assim dizer fechado, mas à sua posição no conjunto da vida do Estado e do País". Por incrível que pareça, passados cinquenta anos ainda é preciso "tirar" os rurais do isolamento e inseri-los no cotidiano da sociedade brasileira, uma vez que

[...] graças aos recursos modernos de comunicação, ao aumento da densidade demográfica e à generalização das necessidades complementares, acham-se agora frente a frente homens do campo e da cidade, sitiante e fazendeiros, assalariados agrícolas e operários – bruscamente reaproximados no espaço geográfico e social, participando de um universo que desvenda dolorosamente as discrepâncias econômicas e culturais. Nesse diálogo, em que se empenham todas as vozes, a mais fraca e menos ouvida é certamente a do caipira que permanece no seu torrão (CANDIDO, 1982).

Para essa discussão, os critérios de urbano e rural adotados pelas estatísticas oficiais são insuficientes, por serem demasiadamente administrativos (leia-se também fiscais) e nada socioculturais. Certamente, este tem sido um dos motivos a obstar a compreensão dos espaços menos adensados e culturalmente vinculados ao *ruris*.

Reconhecer esse ambiente é admitir – e insistir parece necessário – que esse espaço é, por princípio, diverso e múltiplo. "Os intelectuais brasileiros [...] têm dificuldade de entender que no espaço rural também existem os setores secundário e terciário. Há mesmo quem tache de urbanas todas as atividades extra-agropecuárias, [...]" (VEIGA, 2001). Eis, assim, o porquê da ideia de ruralidade, o espaço onde estão inseridos todos os rurais.

Identificar esse lugar particular é tarefa das mais complexas. Mesmo assim ela tem sido adotada a partir de critérios variados. Sob esse aspecto, os trabalhos de Abramovay e Veiga fundamentam vários estudos por serem expositivos e propositivos – analisam as circunstâncias mundiais e propõem variáveis para pensar o caso brasileiro. É, em parte, na perspectiva desses autores que se propõe apontar espaços potencialmente rurais no Paraná, em um exercício de aproximação que apresenta um pano de fundo apenas ilustrativo de uma ruralidade sistematicamente ignorada.

Deve-se ter claro que esse espaço rural se apresenta de muitas formas, revestido de especificidades tanto na comparação entre espaços distintos quanto internamente. Nessa medida, o rural tem sido estudado e reconhecido por autores como Wanderley, para citar uma autora precursora nesse tipo de análise no Brasil, na sua relação de proximidade com outras espacialidades. Entendem que entre o rural e o urbano existem gradações, e não



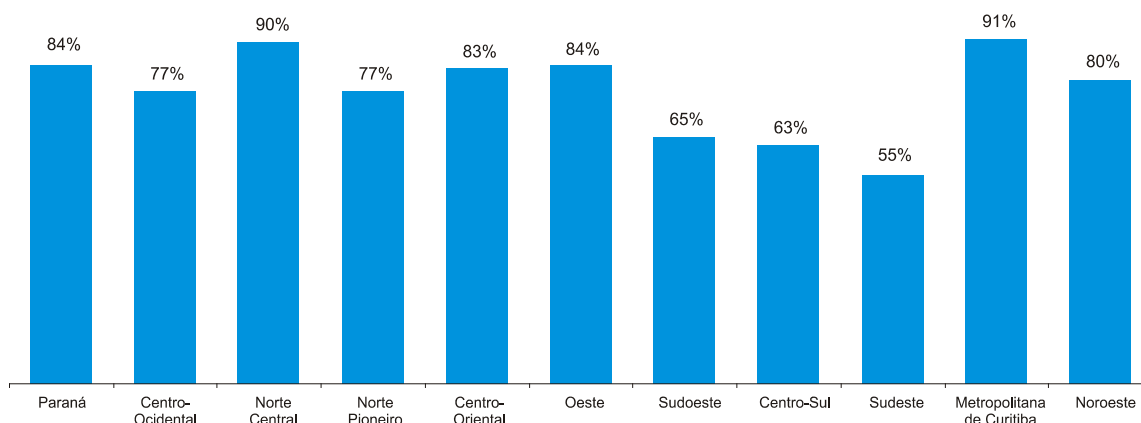
espaços estanques. Segundo essa autora, "o *continuum* rural-urbano expressa as relações entre dois polos que se inter-relacionam" (WANDERLEY, 2001). Esse *continuum* pode ser plenamente percebido no Paraná, onde as cidades médias cumprem importante papel mediador entre o rural profundo e o urbano artificializado, característico das metrópoles.

Na perspectiva de estabelecer um referencial para essa outra ruralidade, que é maior do que a zona rural dos municípios, foram adotados como procedimentos metodológicos os critérios: população total inferior a 20 mil habitantes e densidade demográfica inferior a 80 habitantes por quilômetro quadrado. São critérios adotados em outros estudos e que oferecem uma aproximação importante, porque ilustrativa, em direção a essa realidade que se quer configurar.

O Estado do Paraná ocupa uma área de 199.880 km<sup>2</sup> e apresenta densidade média demográfica (2007) de 53,5 habitantes por km<sup>2</sup>, com uma população total de 10.686.247 habitantes distribuídos por 399 municípios e grau de urbanização na ordem de 84,7%. Estes dados agregados, por si sós, permitem a observação de discrepâncias entre densidade e grau de urbanização. Se observarmos outro dado agregado levantado pelo Censo Agropecuário 2006, a área total dos estabelecimentos, esta divergência fica ainda mais aguçada, já que esses ocupam 76,5% da área total do Estado.<sup>11</sup>

Seguindo nessa direção é possível observar que, no Paraná, as regiões adensadas, típicas das ocupações urbanas, são localizadas. O uso e a ocupação do solo permanecem fortemente vinculados ao setor primário da economia. Mesmo considerando o grau de urbanização, que se sabe impreciso para a discussão da ruralidade, cerca de um quarto dos municípios do Estado do Paraná apresenta grau de urbanização inferior a 50%.<sup>12</sup> Entre as mesorregiões, a Sudeste apresenta o menor grau de urbanização, 55% (gráfico 1).

GRÁFICO 1 - GRAU DE URBANIZAÇÃO NO PARANÁ E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - 2007



FONTE: IBGE

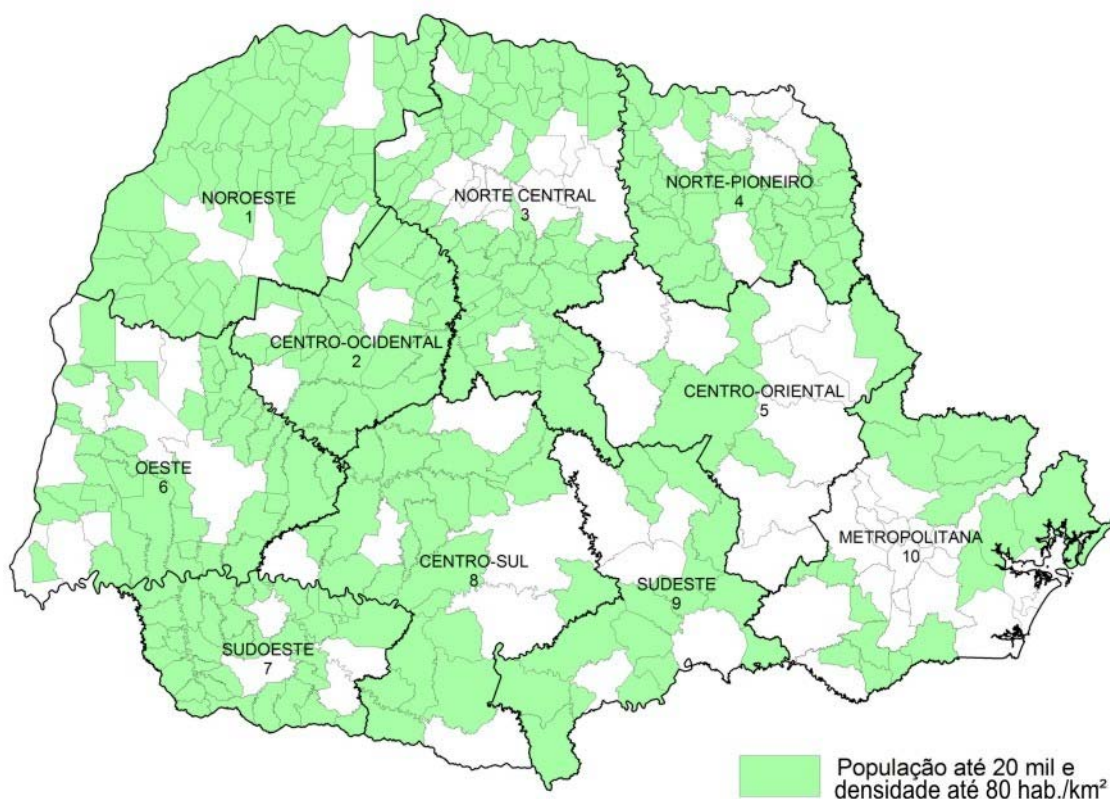
<sup>11</sup> Esse percentual foi obtido considerando a área total dos estabelecimentos recenseados em 2006, 15.286.534 hectares ou 152.865.34 km<sup>2</sup> e a área total do Estado.

<sup>12</sup> Dados extraídos da Base de Dados do Estado - BDEweb do IPARDES.

As variáveis população total e densidade reforçam as linhas desse desenho que esboça um contorno diferente daquele ao qual estamos habituados, embasado no critério urbano-rural comumente empregado nas análises e estudos.

Os critérios selecionados – população total até 20 mil habitantes e densidade populacional até 80 habitantes por km<sup>2</sup> –, agregados por mesorregiões geográficas, estão indicando que somente duas mesorregiões, Centro-Oriental e Metropolitana de Curitiba, apresentaram menos de 50% de municípios que não cumpriam essas condições. Ainda em relação a esses dados, é revelador que 314 municípios do Estado do Paraná (78,7%) cumpram os dois critérios. A variável população total até 20 mil habitantes, observada isoladamente, indica que 317 municípios (79,4%) dos 399 têm essa característica. A investigação da densidade populacional abrange um número ainda maior de municípios, representando 91,2% (mapa 1, tabela 1, e mapas A.1 e A.2 do Apêndice).

MAPA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ATÉ 20 MIL HABITANTES E DENSIDADE ATÉ 80 HAB/KM<sup>2</sup> - PARANÁ - 2007



FONTE: IBGE

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Base Cartográfica SEMA (2007)

Os pequenos municípios e os vazios demográficos permitem uma aproximação a essa ruralidade que se deseja retirar do ostracismo, ao qual esses estão submetidos pela ideia de urbanidade. A noção de ruralidade, por abarcar os pequenos municípios, é inclusiva. Assim, permite que se façam investimentos e políticas públicas de forma ampla porém referenciada por esse espaço físico diferenciado historicamente (ocupação do

território, posse e uso da terra etc.). Este ponto ganha relevância quando se considera o acesso a serviços – questão central para a vida cotidiana.

As políticas inclusivas implementadas a partir da década de 1990, em particular a aposentadoria rural, influenciaram e continuam influenciando o comportamento da população. No caso específico do acesso ao sistema de seguridade social, na medida em que incrementam os recursos monetários, e considerando os fatores demográficos já evidenciados por outros estudos (IPARDES, 2006a), como o envelhecimento da população, é pertinente supor que esteja ocorrendo um deslocamento em direção à sede dos municípios – não necessariamente desvinculando-se da atividade agropecuária –, onde os serviços bancários e estabelecimentos de saúde e educação, entre outros, encontram-se mais acessíveis.

TABELA 1 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO TOTAL ATÉ 20 MIL HABITANTES, COM DENSIDADE ACIMA DE 80 HABITANTES POR KM<sup>2</sup>, COM POPULAÇÃO ATÉ 20 MIL HABITANTES E DENSIDADE ATÉ 80 HABITANTES POR KM<sup>2</sup>, COM POPULAÇÃO ACIMA DE 20 MIL HABITANTES E DENSIDADE ACIMA DE 80 HABITANTES POR KM<sup>2</sup>, E TOTAL DE MUNICÍPIOS - PARANÁ E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - 2007

MESORREGIÕES E PARANÁ	TOTAL	MUNICÍPIOS							
		Com População até 20 mil Habitantes		Com Densidade acima de 80 hab./km <sup>2</sup>		Com População até 20 mil Habitantes e Densidade até 80 hab./km <sup>2</sup>		Com População acima de 20 mil Habitantes e Densidade acima de 80 hab./km <sup>2</sup>	
		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Centro-Occidental	25	22	88,0	24	96,0	22	88,0	1	4,0
Centro-Oriental	14	5	35,7	13	92,9	5	35,7	1	7,1
Centro-Sul	29	23	79,3	29	100	23	79,3	-	-
Metropolitana de Curitiba	37	18	48,6	23	62,2	16	43,2	12	32,4
Noroeste	61	57	93,4	61	100	57	93,4	-	-
Norte Central	79	64	81,0	68	86,1	63	79,7	10	12,7
Norte Pioneiro	46	39	84,8	45	97,8	39	84,8	1	2,2
Oeste	50	40	80,0	46	92,0	40	80,0	4	8,0
Sudeste	21	16	76,2	21	100	16	76,2	-	-
Sudoeste	37	33	89,2	34	91,9	33	89,2	3	8,1
Paraná	399	317	79,4	364	91,2	314	78,7	32	8,0

FONTE: IBGE - Contagem da população

O Censo Agropecuário 2006 investigou o local de residência do responsável pelo estabelecimento agropecuário. Com essa variável foi possível observar que, no Paraná, 75,7% dos responsáveis viviam no estabelecimento, um dado não muito distinto daquele apresentado para o Brasil, a saber, 76,9% (tabela 2). Pode-se observar a relação entre 'morar no estabelecimento' e mesorregiões com presença de municípios polarizadores. É provável que esse registro esteja relacionado com o maior ou menor acesso a serviços, inclusive infraestrutura viária. Este aspecto acaba por influenciar na escolha do local de moradia.

Toma-se como exemplo a mesorregião Metropolitana de Curitiba, onde 94,9% dos responsáveis viviam no estabelecimento, representando aproximadamente 29 mil estabelecimentos. Ainda, nas mesorregiões Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste predomina a situação em que a residência do responsável é no próprio estabelecimento. O que não surpreende, uma vez que o peso da agricultura familiar é significativo nessas regiões. Na outra ponta

aparece a mesorregião Noroeste, com o menor percentual, 57,9% para essa circunstância, apresentando, ao mesmo tempo, o maior percentual de responsáveis pelo estabelecimento com residência na zona urbana do município, 24,7%, seguida das mesorregiões Norte-Central e Centro-Occidental, com 24,2% e 22,2% respectivamente, não por acaso regiões voltadas para a produção de grãos; no caso da mesorregião Noroeste, para a cana-de-açúcar. São mesorregiões onde as empresas agrícolas têm forte presença.

TABELA 2 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEGUNDO LOCAL DE RESIDÊNCIA DA PESSOA QUE DIRIGE O ESTABELECIMENTO - BRASIL, PARANÁ E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - 2006

BRASIL, PARANÁ E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	LOCAL DE RESIDÊNCIA DA PESSOA QUE DIRIGE O ESTABELECIMENTO										
	No Estabelecimento		No Município				Em outro Município				Total de Estabelecimentos
			Zona urbana		Zona rural		Zona urbana		Zona rural		
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
Brasil	3.980.411	76,9	547.127	10,6	466.108	9,0	147.941	2,9	33.902	0,7	5.175.489
Paraná	281.031	75,7	48.918	13,2	23.757	6,4	14.162	3,8	3.183	0,9	371.051
Noroeste	21.843	57,9	9.311	24,7	3.427	9,1	2.763	7,3	379	1,0	37.723
Centro-Occidental	12.599	59,1	4.732	22,2	2.309	10,8	1.352	6,3	318	1,5	21.310
Norte Central	32.077	59,1	13.154	24,2	4.663	8,6	3.712	6,8	666	1,2	54.272
Norte Pioneiro	20.026	67,5	5.432	18,3	2.209	7,4	1.601	5,4	393	1,3	29.661
Centro-Oriental	16.253	84,8	1.464	7,6	937	4,9	450	2,3	70	0,4	19.174
Oeste	38.459	72,3	7.727	14,5	4.528	8,5	1.829	3,4	673	1,3	53.216
Sudoeste	39.532	88,9	2.467	5,5	1.570	3,5	626	1,4	284	0,6	44.479
Centro-Sul	36.766	88,9	2.283	5,5	1.196	2,9	894	2,2	229	0,6	41.368
Sudeste	34.566	87,8	1.802	4,6	2.456	6,2	442	1,1	124	0,3	39.390
Metropolitana de Curitiba	28.910	94,9	546	1,8	462	1,5	493	1,6	47	0,2	30.458

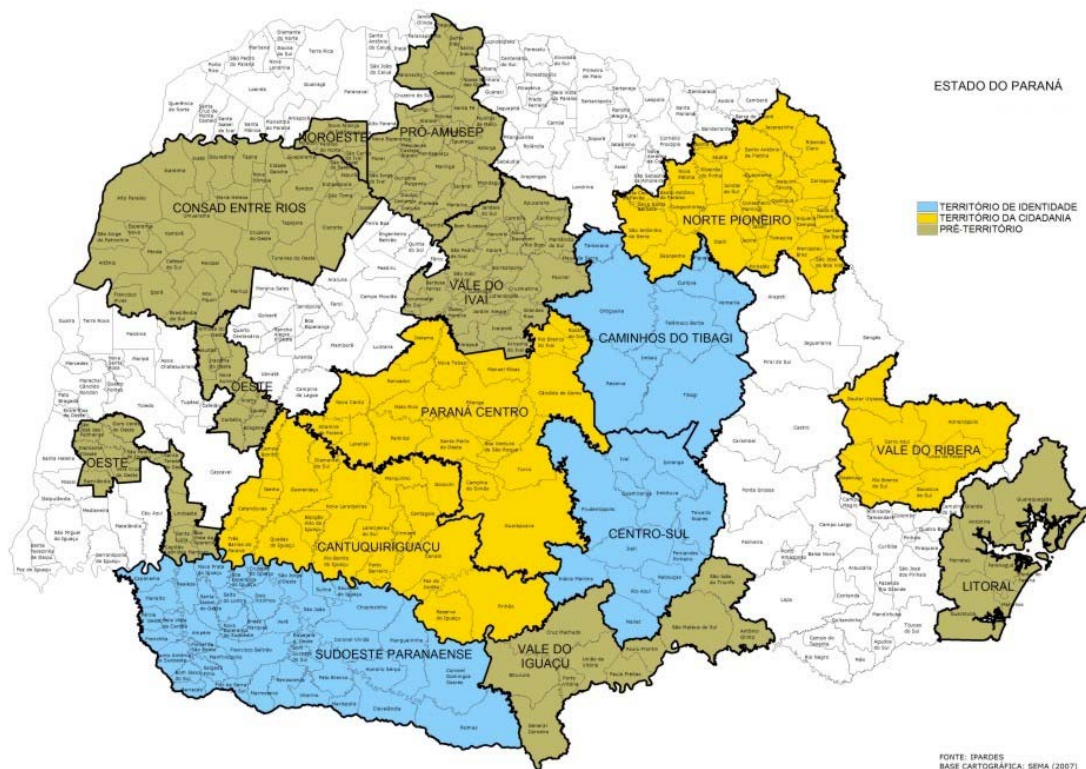
FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

É preciso ter claro que as variáveis utilizadas e os critérios adotados neste estudo oferecem uma aproximação a uma delimitação de espaços rurais no Estado do Paraná. Entende-se que, se por um lado tais critérios e variáveis são insuficientes do ponto de vista social, por outro eles permitem entrever, na dispersão da população e no peso relativo desse fenômeno no Paraná, a ruralidade.

A ideia de espacialização leva em conta a superação da visão setorial e vai na direção da multifuncionalidade. A ruralidade contempla este entendimento com reflexos na gestão pública e materializada em programas federais. A partir de 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) implementou o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) como estratégia de apoio a investimentos produtivos através de projetos intermunicipais que considerassem o entorno territorial. Para isso, apoiou estudos e diagnósticos que identificassem territórios ou regiões de identidade. No Paraná foram delimitados, para essa finalidade, sete territórios. Em 2008 essa estratégia ganhou reforço com o arranjo interministerial coordenado diretamente pela Casa Civil do Palácio do Planalto integrando ações de 22 Ministérios no Programa Territórios da Cidadania. No Paraná, dos sete territórios que já vinham sendo apoiados pelo Pronat, quatro tornaram-se prioritários com o Programa Territórios da Cidadania. Existem hoje, no

Paraná, mais sete territórios que esperam ser homologados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) (mapa 2).

MAPA 2 - PARANÁ - PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS - PRONAT - 2010



Esse esforço no sentido de identificar espaços em que seus habitantes comungam interesses é particularmente desafiador em um estado com história de ocupação tão recente quanto o Paraná. Deve-se destacar que, mesmo havendo estágios distintos de autorreconhecimento e organização, os territórios apresentam contornos que podem levar a uma institucionalidade de fato, da qual seus habitantes se reconheçam pertencentes.

Políticas públicas que adotam o recorte territorial vêm na direção de estabelecer intersectorialidade, de integrar as áreas rurais e urbanas dos pequenos municípios, de criar interações com os municípios-polos, onde a rede de serviços é mais complexa. Enfim, são estratégias que buscam o desenvolvimento regional tendo em vista a multifuncionalidade do espaço.

É necessário avançar em direção a um contorno mais definido dessa ruralidade entendendo que isso passa pela necessidade de nos despir de qualquer preconceito. Se não pudermos aceitar a ruralidade como um modo de vida, não poderemos realizar a equidade, um dos condicionantes do desenvolvimento.

A observação da organização do espaço paranaense, visto a partir da distribuição de sua população, mostra a importância das propostas que interpretam o meio rural a partir da sua multifuncionalidade. Nessa perspectiva, o múltiplo é estabelecido pela inter-relação entre as escalas espaciais e reforça a pertinência da noção de ruralidade. Esse conjunto de

proposições interpretativas da realidade rural é essencial para a compreensão da agricultura familiar.

No caso paranaense, a relação entre os espaços pouco adensados e a agricultura familiar é inequívoca. Sua influência na organização do espaço poderá ser melhor dimensionada em face dos elementos apresentados na próxima seção, onde esse segmento ganha contornos mais definidos. A análise da agricultura familiar, no contexto da ruralidade, permite avançar na compreensão do seu papel na valorização do meio rural e no desenvolvimento.

## 2 UM RETRATO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PARANÁ

Esta seção, como foi dito, utiliza os dados do Censo Agropecuário 2006 (CA 2006) para caracterizar a agricultura familiar paranaense. Considerou-se necessário, para esta tarefa, analisar os dados para o total do Brasil, do Paraná, e os dados desagregados por mesorregiões geográficas do Estado, visando apreender a grande diversidade entre suas regiões.

O IBGE disponibilizou alguns dados sobre a agricultura familiar, tomando como parâmetro a Lei n.º 11.326 de 24 de julho de 2006. No entanto, nem todas as variáveis selecionadas para este estudo encontravam-se disponíveis para o recorte da AF. Também não foi possível acessar os microdados do Censo Agropecuário 2006 a tempo de utilizá-los nesta nota técnica, para que se pudesse reconstruir as variáveis para uma análise comparativa entre os anos 1996 e 2006, ou, então, para uma análise mais detalhada. Nesses casos, optou-se pela análise dos dados por estratos de área, por permitir uma aproximação da agricultura familiar, uma vez que esta se insere, em sua grande maioria, nos estratos de área com até 50 hectares. Além desse aspecto, considerou-se também que um dos critérios da lei condiciona a área abaixo de quatro módulos fiscais, o que, no Paraná, varia de 5 a 30 hectares.<sup>13</sup>

Ao se falar de agricultura familiar leva-se em conta que a perspectiva agrária norteia e contextualiza o seu papel social preservando sua heterogeneidade, especialmente quando se analisam variáveis relativas à organização do trabalho e da produção, composição da renda e outras variáveis socioeconômicas. Deve-se levar em conta o fato de a agricultura familiar ser uma denominação ampla e, não raro, usada de forma genérica, ocultando a grande diversidade social nela embutida, o que reflete a ausência de uma teoria geral para a agricultura familiar.

Schneider e Niederle (2008, p.40) propõem uma definição ou uma caracterização para os agricultores familiares diferenciando-os dos camponeses e chamando a atenção para o fato de que suas características, modo de existência e forma de reprodução são diferentes, bem como suas características socioculturais e a racionalidade econômica são distintas. Para os autores,

---

<sup>13</sup> A medida do módulo fiscal é estabelecida para o âmbito municipal.



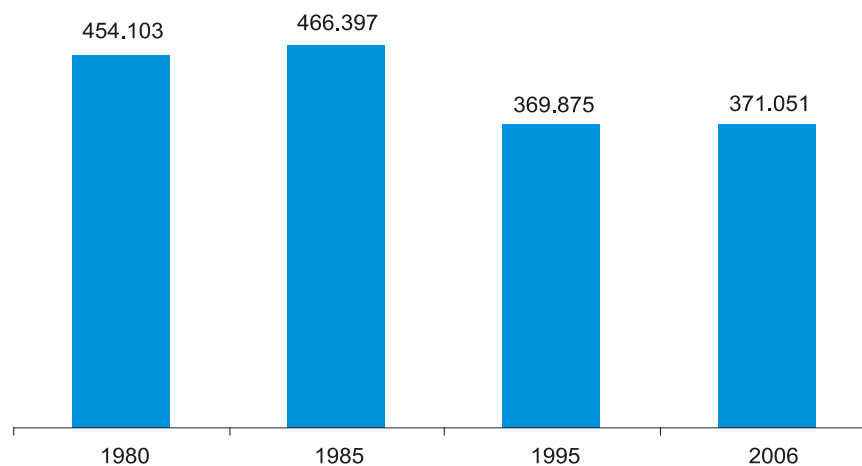
Embora mantenham semelhanças entre si, como a propriedade de um pequeno lote de terra, o uso predominante do trabalho da família na execução das tarefas produtivas, o acesso à terra mediante a herança, a manutenção dos vínculos sociais assentados em relações de parentesco, entre outras, o traço fundamental que distingue os agricultores familiares dos camponeses assenta-se no caráter dos vínculos mercantis e das relações sociais que estabelecem à medida que se intensifica e se torna mais complexa a sua inserção na divisão social do trabalho. Ou seja, é o maior envolvimento social, econômico e mercantil que torna o agricultor familiar, ao mesmo tempo, mais integrado e mais dependente em relação à sociedade que lhe engloba.

Tomando como referência essa linha analítica, e com base nos critérios adotados na construção da base de dados IBGE/SIDRA, serão apresentados neste trabalho dados relativos ao número de estabelecimentos, condição do produtor, valor bruto da produção (VBP), renda, financiamento, acesso a bens, entre outros aspectos que traçam o retrato da agricultura familiar no Paraná, captado em 2006.

## 2.1 CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS

O Paraná registrou um pequeno aumento no número absoluto de estabelecimentos agropecuários, de 369.875 para 371.051, na comparação entre 1996 e 2006 (gráfico 2). Esses dados revelam um processo distinto do que vinha ocorrendo em décadas passadas e parecem indicar uma acomodação na estrutura fundiária. No caso de esta ser confirmada, tem-se um cenário mais confortável para o planejamento. Porém, isso não significa ausência de antagonismo. O espaço rural é dinâmico e palco de disputas intrínsecas a ele, conformando novas configurações determinadas em grande medida pelos interesses econômicos liderados pela agricultura extensiva, pelos interesses sociais expressos nos assentamentos rurais, indígenas, quilombolas, faxinais, e pela agricultura familiar, que, dada a sua amplitude, transita entre os capitalizados, os tecnificados e os excluídos.

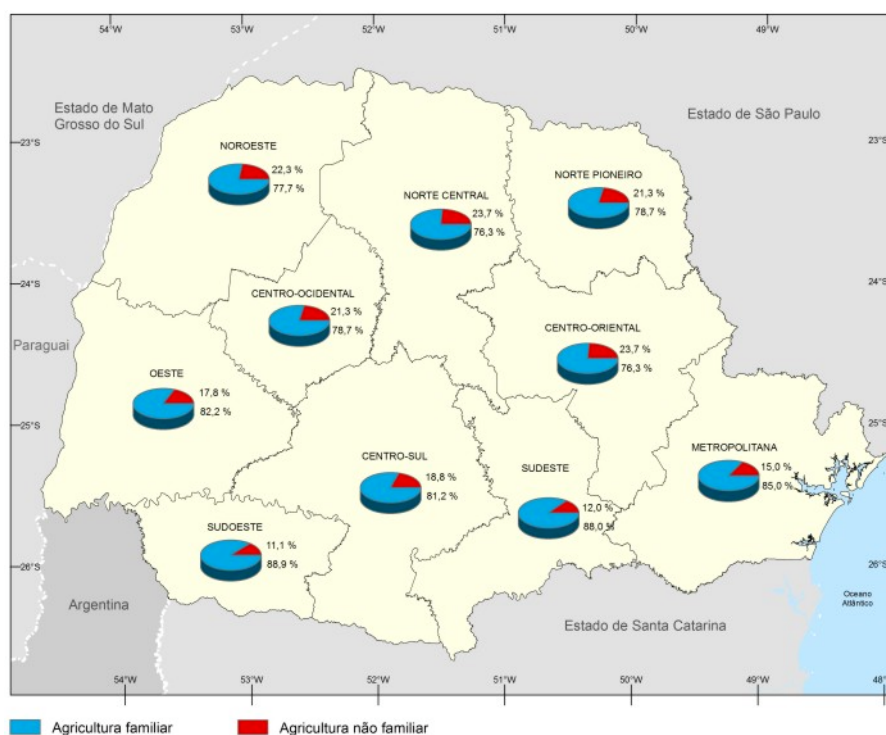
GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS - SÉRIE HISTÓRICA - PARANÁ - 1980/2006



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Dos 371.051 estabelecimentos existentes no Paraná, 302.907 são caracterizados como sendo da agricultura familiar, representando mais de 80% dos estabelecimentos agropecuários, o que dimensiona a importância destes no cenário estadual (mapa 3).<sup>14</sup> Em relação à condição do produtor, em 80% dos estabelecimentos da agricultura familiar os produtores se declararam proprietários. O mapa 4 apresenta a distribuição percentual dos estabelecimentos da agricultura familiar, segundo a condição do produtor com relação ao tamanho das terras.

MAPA 3 - PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA AGRICULTURA NÃO-FAMILIAR NO TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2006

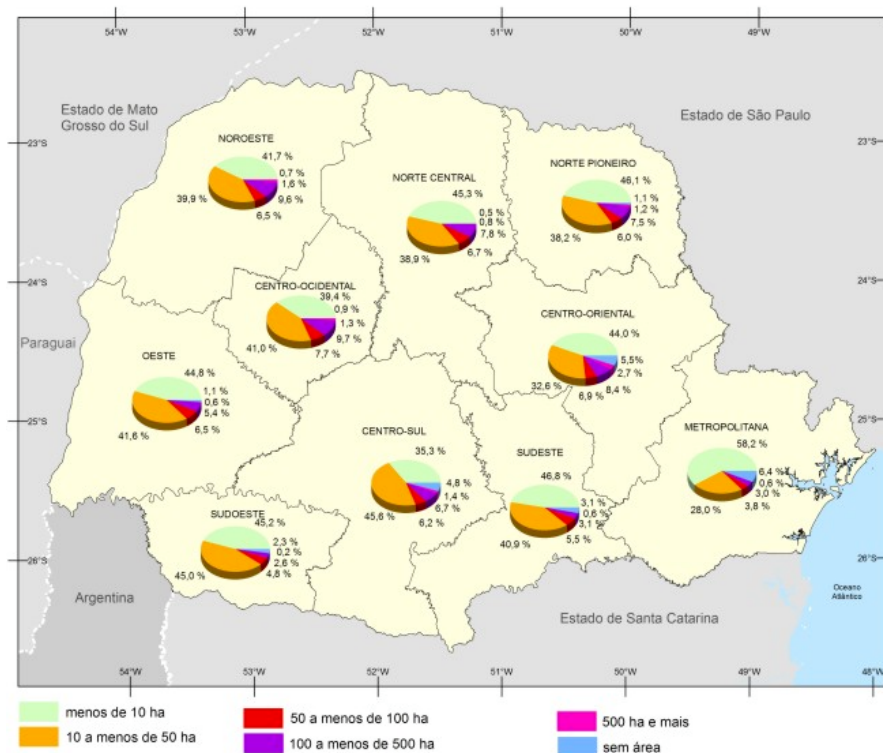


FONTE: IBGE - Censo Agropecuário  
Base Cartográfica ITCG (2010)

<sup>14</sup> Os dados referentes ao estabelecimento e outras análises podem ser encontrados na nota técnica "Primeiros Resultados do Censo Agropecuário 2006 - Paraná" (IPARDES, 2009a).



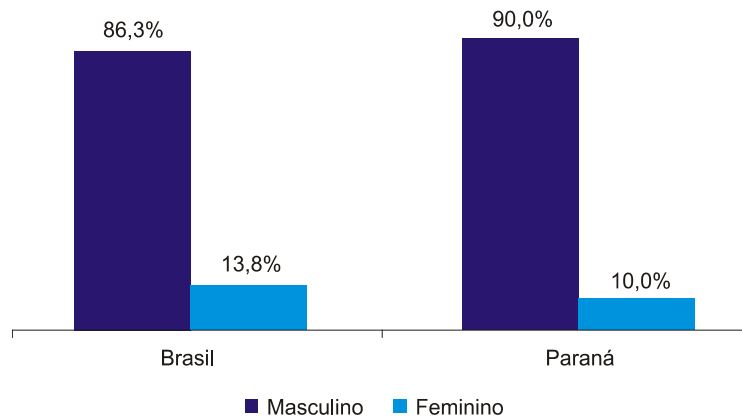
MAPA 4 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO ÀS TERRAS NAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2006



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário  
Base Cartográfica ITCG (2010)

No que se refere à direção dos trabalhos nos estabelecimentos, cerca de 10% deles são dirigidos por mulheres. Mesmo sendo pouco expressivo, este percentual representa demandas específicas e deve ser considerado no contexto mais amplo da dinâmica social brasileira (gráfico 3).

GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS PRODUTORES QUE ESTÃO NA DIREÇÃO DOS TRABALHOS NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, SEGUNDO O SEXO DO PRODUTOR - BRASIL E PARANÁ - 2006



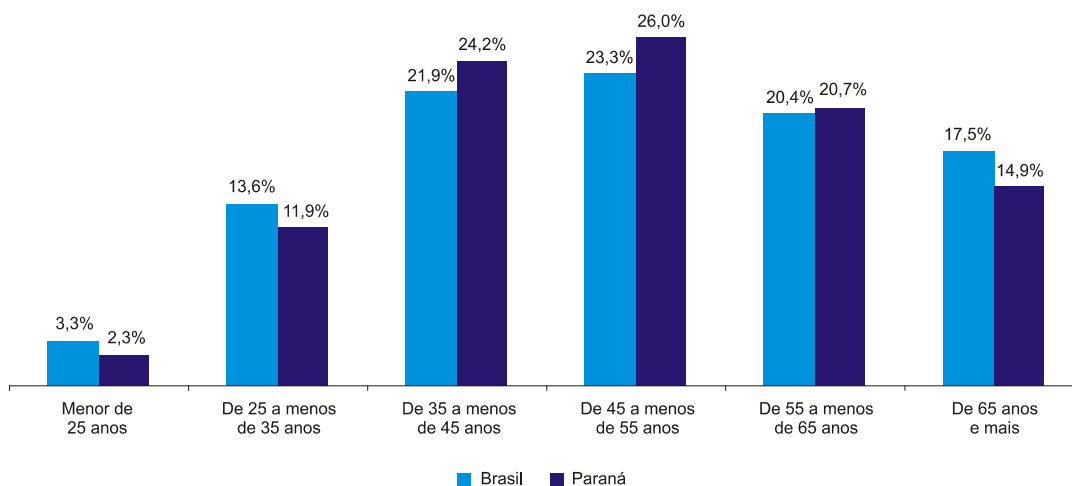
FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

É preciso considerar que os fenômenos sociais relacionados à composição da família, como, por exemplo, os divórcios, potencializam as demandas para o meio rural, como a oferta de creches e/ou estabelecimentos de educação infantil. Isto se dá pelo crescente aumento de famílias que convivem com a ausência de um dos cônjuges, seja por razões de trabalho (por trabalhar sazonalmente em outras regiões) ou pessoais (divórcio, falecimento).

A esse aspecto soma-se o envelhecimento da população brasileira como um todo, o qual se revela mais intenso entre os produtores paranaenses. A faixa etária predominante no Brasil é entre 35 e 45 anos. No caso paranaense, esse predomínio recai sobre o grupo etário entre 55 e 65 anos (gráfico 4). Fatores demográficos e aspectos culturais podem estar influenciando este quadro, uma vez que, mesmo constituindo uma nova família, o filho se estabelece próximo ao pai, não raro na mesma área, e o pai continua a ser o responsável pelo estabelecimento.

Ainda em relação à organização da família, destaca-se uma tendência demográfica brasileira, a saber, a de uma família menor. Esta tendência impacta a agricultura familiar de forma particular, uma vez que a organização do trabalho e a gestão do estabelecimento competem à família. Além disso, esse quadro leva à contratação de mão de obra para atender às necessidades do estabelecimento, exigindo novos parâmetros para definir a agricultura familiar beneficiária de políticas públicas.

GRÁFICO 4 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS PRODUTORES QUE ESTÃO NA DIREÇÃO DOS TRABALHOS NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA DO PRODUTOR - BRASIL E PARANÁ - 2006

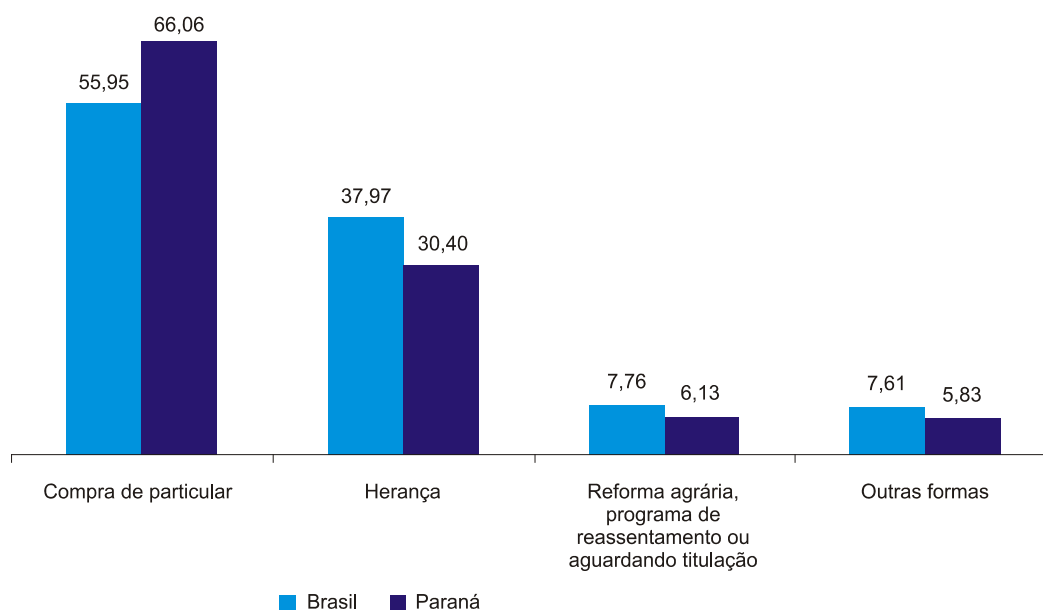


FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

A dificuldade de acesso à terra é um elemento que impede ou dificulta o estabelecimento de novas famílias no espaço rural. No Brasil, e no Paraná em particular, a forma de obtenção de terras é predominantemente a compra de particular, sendo esta modalidade relativamente mais representativa no Paraná, quando comparada com o Brasil (66,1% e 56,0% respectivamente). A segunda modalidade mais presente é a obtenção de terras por meio de herança (gráfico 5).

A herança tem influência direta na demanda por titulação do estabelecimento, pois é comum as famílias não conseguirem formalizar a titulação devido aos custos financeiros desse processo. O Instituto de Terras, Cartografia e Geodésia (ITCG), visando a uma ação pública específica, estimou entre 55 mil e 60 mil estabelecimentos demandantes de processo de regularização do registro do imóvel no Paraná (exceto área de fronteira). Essa formalização é importante porque permite o acesso a políticas de crédito e a outras ações públicas.

GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR CUJO PRODUTOR É PROPRIETÁRIO, SEGUNDO FORMA DE OBTENÇÃO DAS TERRAS - BRASIL E PARANÁ - 2006



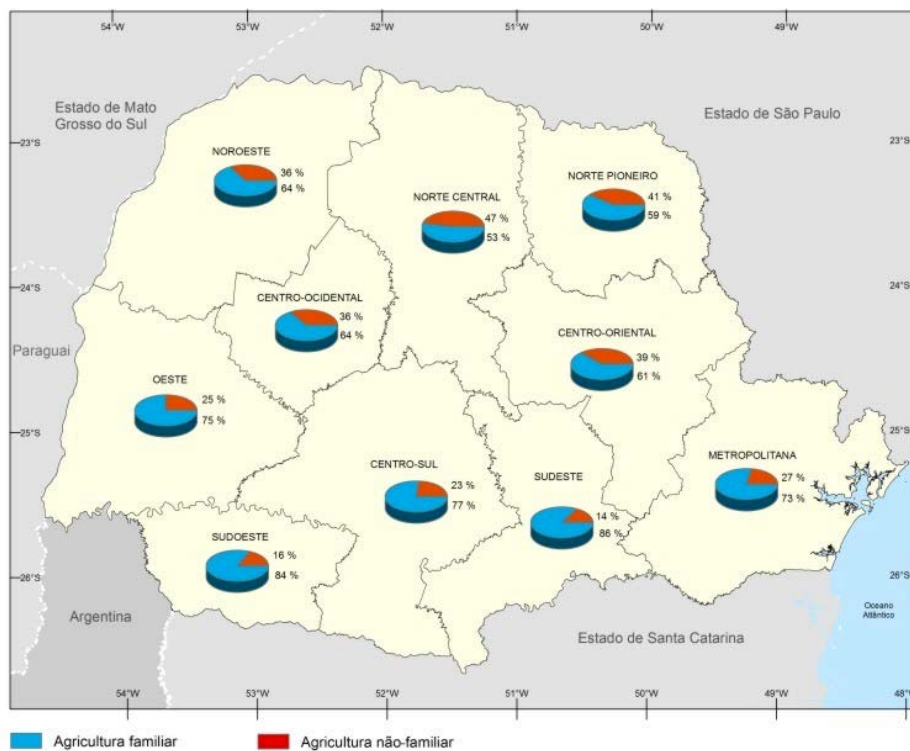
FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Os dados analisados mostram, ainda, que o acesso a terra via programa da reforma agrária ou reassentamento ainda é pouco expressivo, não chegando a 10% para o Brasil e para o Paraná. O acesso a terra no Brasil aponta, de maneira geral, para uma realidade que reitera a necessidade de se fazer valer o princípio legal da função social da propriedade previsto no Estatuto da Terra.

## 2.2 DINÂMICA DOS ESTABELECIMENTOS

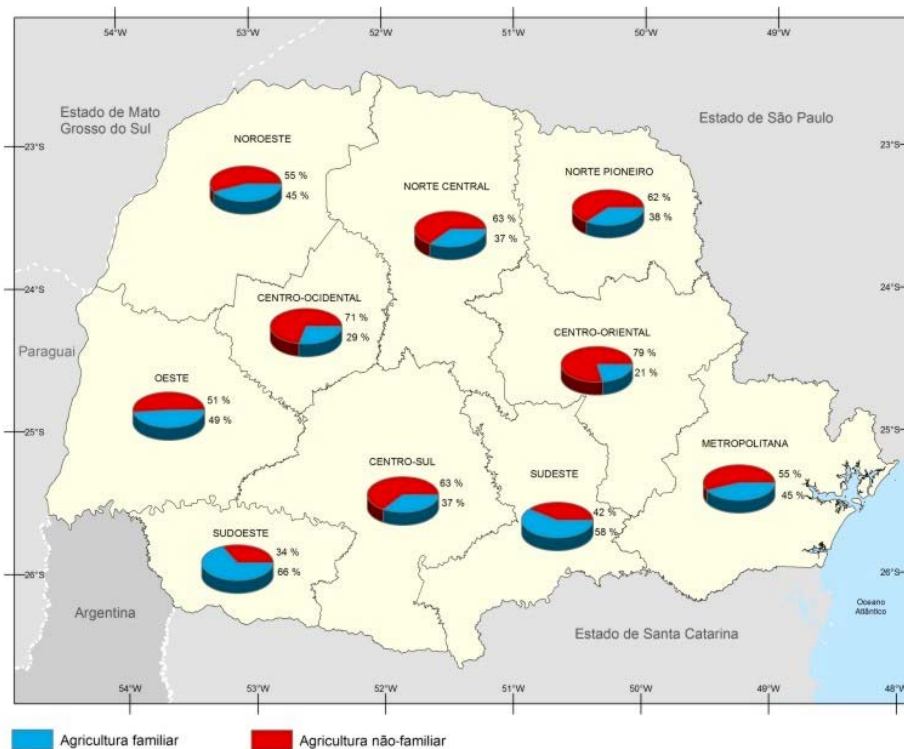
Os estabelecimentos da agricultura familiar respondem por quase 70% do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários, com destaque para a mesorregião Sudeste, com 85%. Pode-se afirmar que a AF é a grande responsável pelo rural "com gente" (mapa 5). Quando se fala em agricultura familiar, muitas pessoas a associam com a agricultura de subsistência, mas os dados do censo mostram que mais de 40% do valor bruto da produção da agropecuária (VBP-A) do Paraná vem da agricultura familiar, sendo que na mesorregião Sudoeste este percentual é de 65,9%. Vale destacar que a região Sudoeste caracteriza-se por ser um reduto da agricultura familiar no Paraná (mapa 6).

MAPA 5 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO-FAMILIAR NAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2006



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário  
Base Cartográfica ITCG (2010)

MAPA 6 - PARTICIPAÇÃO DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO-FAMILIAR NAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2006



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário  
Base Cartográfica ITCG (2010)

A análise dos dados de produtos selecionados permite dimensionar a importância da agricultura familiar, em particular na produção de aves, suínos, mandioca e feijão. Isto só reforça os dados do Censo Agropecuário de 1996 quanto à participação desse segmento na produção típica de uma agricultura extensiva, como a soja e o milho. O milho, mesmo fazendo parte da pauta das *commodities*, é também, no caso da agricultura familiar, um produto destinado à alimentação de animais.

Quando se observam os produtos mais típicos da agricultura familiar, confirma-se a sua importância na produção de alimentos básicos da dieta alimentar do brasileiro, como o feijão e a mandioca. Ressalte-se também que a produção da agricultura familiar é voltada primordialmente para o abastecimento interno. A tabela 3, a seguir, mostra que 75,5% do feijão-preto produzido no Paraná vem da agricultura familiar, assim como 81% da mandioca, 43,7% do milho e 31,2% da soja.

Como já demonstrado, a agricultura familiar é a grande responsável pelos ocupados nos estabelecimentos agropecuários tanto do Brasil como do Paraná. Na medida em que é a principal responsável pelo trabalho, também viabiliza a reprodução social da família e cumpre papel fundamental em todo o entorno. Nesse sentido, a agricultura familiar impulsiona um modo de vida que precisa ser contextualizado. Ao falar do mundo rural, Wanderley refere-se "a um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais. [...] considero que este mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba" (WANDERLEY, 2001).

TABELA 3 - PRODUÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E TOTAL, SEGUNDO AS VARIÁVEIS SELECIONADAS - PARANÁ - 2006

VARIÁVEIS SELECIONADAS	PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR		TOTAL DA PRODUÇÃO PARANAENSE	
	Abs.	%	Abs.	%
Feijão-preto				
Estabelecimentos	51.618	88,3	58.489	100,0
Quantidade produzida (kg)	250.633.989	75,5	332.168.163	100,0
Área colhida (ha)	169.608	76,8	220.762	100,0
Mandioca				
Estabelecimentos	39.356	86,4	45.533	100,0
Quantidade produzida (kg)	2.304.220.615	81,0	2.846.420.419	100,0
Área colhida (ha)	193.862	83,5	232.141	100,0
Milho em grão				
Estabelecimentos	137.447	84,0	163.571	100,0
Quantidade produzida (kg)	4.019.969.405	43,7	9.195.417.302	100,0
Área colhida (ha)	982.967	48,4	2.028.902	100,0
Soja				
Estabelecimentos	60.516	75,7	79.967	100,0
Quantidade produzida (kg)	2.622.856.487	31,2	8.402.608.774	100,0
Área colhida (ha)	1.022.754	32,5	3.151.237	100,0

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

A análise dos dados selecionados relativos à produção pecuária paranaense permite observar a consolidação da participação da agricultura familiar neste segmento. No caso do leite, por exemplo, 67,6% da produção no ano de 2006 veio da agricultura familiar. Esses dados corroboram com os resultados do estudo do Ipardes (2009b), que evidenciam que o Paraná se destaca, no cenário nacional, como um dos maiores produtores de leite bovino, apresentando expressivo crescimento na produção. Entre 1997 e 2006 esse crescimento foi da ordem de 71%, não só pelo forte crescimento do rebanho, mas também pelo aumento dos níveis de produtividade (IPARDES, 2009b). A pecuária leiteira no Paraná foi também alavancada por políticas públicas federais e estaduais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Leite das Crianças, PRONAF Investimento, entre outras.

No entanto, a bovinocultura de corte é uma atividade típica de exploração extensiva. Isto se percebe no número médio de animais na agricultura familiar, 18,4 cabeças por estabelecimento, enquanto nos estabelecimentos não familiares a média é de 148,2 cabeças.

A produção de aves mostra também a importância da agricultura familiar, sendo esta responsável por 66,5% da produção. Os suínos seguiram a mesma tendência, no âmbito da agricultura familiar, respondendo por 62,2% dos animais em 2006 (tabela 4).

TABELA 4 - PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA NÃO-FAMILIAR NA PECUÁRIA PARANAENSE, SEGUNDO VARIÁVEIS SELECIONADAS - PARANÁ - 31/12/2006

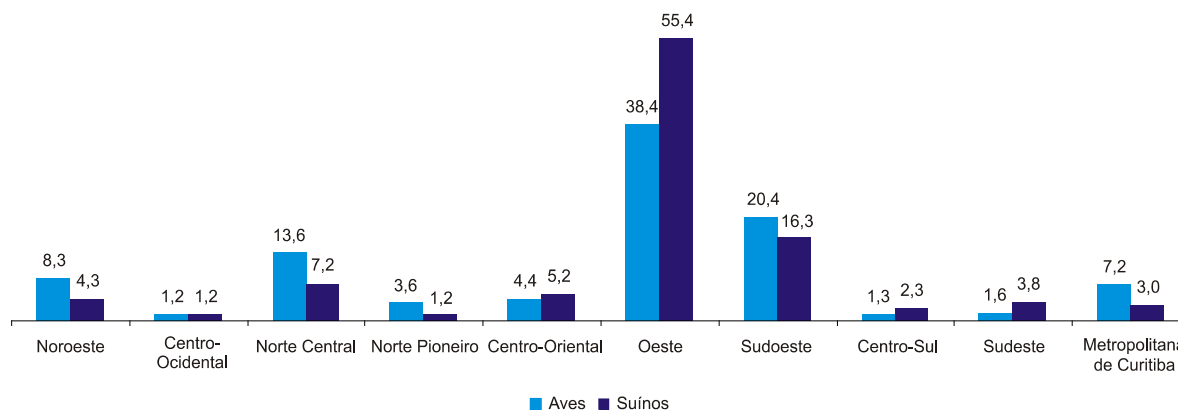
VARIÁVEIS SELECIONADAS	AGRICULTURA FAMILIAR		AGRICULTURA NÃO-FAMILIAR		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
<b>Bovinos</b>						
Estabelecimentos	171.618	81,2	39.748	18,8	211.366	100,0
Número de cabeças	3.161.405	34,9	5.892.396	65,1	9.053.801	100,0
<b>Leite de vaca</b>						
Estabelecimentos	100.845	84,3	18.718	15,7	119.563	100,0
Quantidade produzida (litros)	1.227.212.421	67,6	589.213.700	32,4	1.816.426.121	100,0
<b>Aves</b>						
Estabelecimentos	164.827	85,1	28.867	14,9	193.694	100,0
Número de cabeças	190.602.331	66,5	95.964.461	33,5	286.566.792	100,0
Ovos de galinha (dz)	69.938.473	15,9	369.394.046	84,1	439.332.519	100,0
<b>Suínos</b>						
Estabelecimentos	115.252	85,1	20.225	14,9	135.477	100,0
Número de cabeças	2.840.213	62,2	1.729.062	37,8	4.569.275	100,0

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

O peso relativo da AF na produção de aves e suínos indica sua participação junto às indústrias. Para contornar a falta de disponibilidade desses dados para a agricultura familiar, optou-se por observar os estratos de área, de acordo com a proposta enunciada. Os dados estão indicando uma forte participação dos menores estratos nos produtos típicos das empresas integradoras. A título de ilustração, observa-se que em torno de 85% dos estabelecimentos que produzem aves e suínos integrados possuem área inferior a 50 hectares. Tamanho de áreas típicas da agricultura familiar (tabelas A.1 e A.2).

Observa-se que as regiões Oeste e Sudoeste lideram em números de estabelecimentos integrados às indústrias de aves e suínos, com destaque para o crescimento do plantel avícola. Chama-se a atenção para o dado de que mais da metade da produção integrada de suínos está na mesorregião Oeste; por outro lado, a mesorregião Sudoeste lidera a produção de aves (gráfico 6).

GRÁFICO 6 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECEMENTOS AGROPECUÁRIOS COM PRODUÇÃO DE AVES E SUÍNOS INTEGRADA À INDÚSTRIA, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - PARANÁ - 2006



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Outro produto relevante na pauta paranaense é o fumo, cultura desenvolvida predominantemente por produtores familiares. Essa relação com a AF é determinada pelo intenso processo produtivo em termos de trabalho. Como se observa, mais de 50% da produção fumageira paranaense tem origem em estabelecimentos que possuem menos de 10 hectares (tabela 5).

TABELA 5 - NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS AGROPECUÁRIOS COM PRODUÇÃO DE FUMO EM FOLHA SECA, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL - PARANÁ - 2006

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	ESTABELECEMENTOS	
	Abs.	%
Mais de 0 a menos de 10 ha	12.785	52,41
De 10 a menos de 20 ha	6.590	27,01
De 20 a menos de 50 ha	3.885	15,92
De 50 a menos de 100 ha	570	2,34
De 100 ha e mais	131	0,54
Produtor sem área	435	1,78
TOTAL	24.396	100,00

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Outra circunstância que deve ser considerada, pela representatividade dos dados, é a importância da produção de fumo entre integrados da mesorregião Sudeste. Verificou-se também que mais de 70% da produção decorre de relações contratuais com as empresas

integradoras<sup>15</sup> (tabelas A.3 e A.4). Esta tendência vai na contramão de políticas públicas de diversificação da produção. Nesse âmbito, a lavoura de fumo é objeto de ações tanto por parte do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) quanto do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). No Mapa fica a Câmara Técnica, representante do setor produtivo, e o MDA, através da Secretaria da Agricultura Familiar, que abriga o Programa Nacional de Diversificação das Áreas Cultivadas com Tabaco.

O conjunto dos dados relativos às diferentes modalidades de produção integrada aponta para a importância desse sistema entre os estabelecimentos da agricultura familiar. Se, por um lado, essa relação com as indústrias insere o produtor no mercado, é preciso também considerar a tendência de especialização que vem acompanhada de uma maior dependência das políticas para o setor e dos humores dos mercados.

Por outro lado, o acesso a meios de produção dá a medida do quanto essa AF participa do progresso técnico e das inovações, e isto tem uma relação direta com a produtividade e as condições de trabalho. As máquinas e implementos agrícolas permitem uma aproximação desse universo mais amplo. Os dados indicam que no Paraná esse acesso é ainda restrito. O percentual de estabelecimentos que possuem implementos e máquinas agrícolas é pouco significativo e, como esperado, os estabelecimentos até 10 hectares apresentam menor acesso, indicando a necessidade de uma ação de difusão desses meios de produção (tabela A.5).

Na mesma perspectiva de mecanização e diminuição da penosidade do trabalho, os dados sobre tratores no Paraná mostram que houve diminuição no número absoluto de tratores em mais de 8 mil (tabela 6), porém análises regionalizadas indicam que essa perda foi localizada, estando relativamente mais presente nas mesorregiões Norte Central, Centro-Occidental e Norte Pioneiro. No entanto, houve aumento no número de tratores em mesorregiões onde a agricultura familiar tem maior presença, como a mesorregião Sudeste, Metropolitana de Curitiba e Centro-Sul.

Para melhor dimensionar essa redução no número absoluto de tratores, deve-se considerar o contexto global da agricultura brasileira, que ainda apresenta áreas de expansão em Mato Grosso, Tocantins e outros estados ao norte do País, as quais podem estar influenciando os dados do Paraná, uma vez que estas máquinas podem migrar do Paraná para outros estados. Soma-se a esta possibilidade o fato de que estudos têm apontado a prestação de serviços como uma estratégia cada vez mais presente no meio rural, vinculada, sobretudo, ao aluguel de máquinas e tratores.

---

<sup>15</sup> Consultar IPARDES (2009a) e a nota técnica n.º 2 “Agronegócio paranaense: movimentos recentes e importância no âmbito nacional (2010), de Julio Takeshi Suzuki Júnior, pesquisador do IPARDES. Disponível em: <[www.ipardes.pr.gov.br](http://www.ipardes.pr.gov.br)>.



É preciso levar em conta, também, que a data de referência do censo é 31 de dezembro de 2006, não captando o efeito do Programa "Trator Solidário", iniciado em 2007, cujo objetivo é o acesso da agricultura familiar a tratores com preço subsidiado.<sup>16</sup>

TABELA 6 - NÚMERO DE TRATORES EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS - BRASIL E PARANÁ - 1995 E 2006

BRASIL E PARANÁ	NÚMERO DE TRATORES	
	1995	2006
Brasil	803.742	820.673
Paraná	121.827	113.718

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário 2006

Há algum tempo a mídia vem destacando a pequena "revolução" representada pela entrada das motocicletas no meio rural. Este fenômeno está associado ao relativo baixo custo do produto e à mobilidade a ele associada. A motocicleta permite, principalmente ao jovem – público preferencial deste meio de transporte –, deslocar-se rapidamente para compras, trabalho e lazer. Especialmente no cotidiano do trabalho pecuário, este veículo vem ocupando o lugar dos animais.

Para medir esse fenômeno no Estado do Paraná, analisou-se a variável 'existência de algum meio de transporte nos estabelecimentos'. Os dados indicam que 41,3% dos estabelecimentos pesquisados possuíam algum meio de transporte. Dentre os estabelecimentos que dispunham de meio de transporte, os veículos de tração animal tiveram uma participação de 43,7% entre os estabelecimentos até 10 hectares, revelando a relação entre pobreza e meio de transporte. A presença de motocicletas nos menores estratos de área (menores que 10 hectares a 50 hectares) ficou em torno de 20%, o que, se não permite falar de 'revolução' advinda da motocicleta nesse universo, aponta para a sua inserção no meio rural paranaense. Deve-se notar, também, que a utilização de automóveis apresenta percentuais representativos para todos os estratos de área (tabela 7).

<sup>16</sup> Até o final de 2009 mais de 4 mil tratores foram vendidos por essa política.

TABELA 7 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS QUE POSSUEM OU NÃO MEIO DE TRANSPORTE, SEGUNDO ESTRATO DE ÁREA TOTAL E O MEIO DE TRANSPORTE - PARANÁ - 2006

MEIOS DE TRANSPORTE	ESTRATO DE ÁREA							
	Até 10 ha		De 10 a menos de 20 ha		De 20 a menos de 50 ha		De 50 a menos de 100 ha	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Não possuem	119.144	57,6	18.860	48,0	12.916	46,8	4.298	42,2
Possuem	87.758	42,4	20.467	52,0	14.708	53,2	5.879	57,8
<b>TOTAL</b>	<b>206.902</b>	<b>100,0</b>	<b>39.327</b>	<b>100,0</b>	<b>27.624</b>	<b>100,0</b>	<b>10.177</b>	<b>100,0</b>
Possuem	87.758	100	20.467	100	14.708	100	5.879	100
Caminhões	4.876	5,6	2.659	13,0	3.854	26,2	2.591	44,1
Utilitários	15.231	17,4	4.979	24,3	5.190	35,3	2.862	48,7
Automóveis	35.348	40,3	10.205	49,9	7.487	50,9	2.679	45,6
Motocicletas	17.599	20,1	4.792	23,4	3.568	24,3	1.306	22,2
Veículos de tração animal	38.356	43,7	5.440	26,6	1.809	12,3	403	6,9

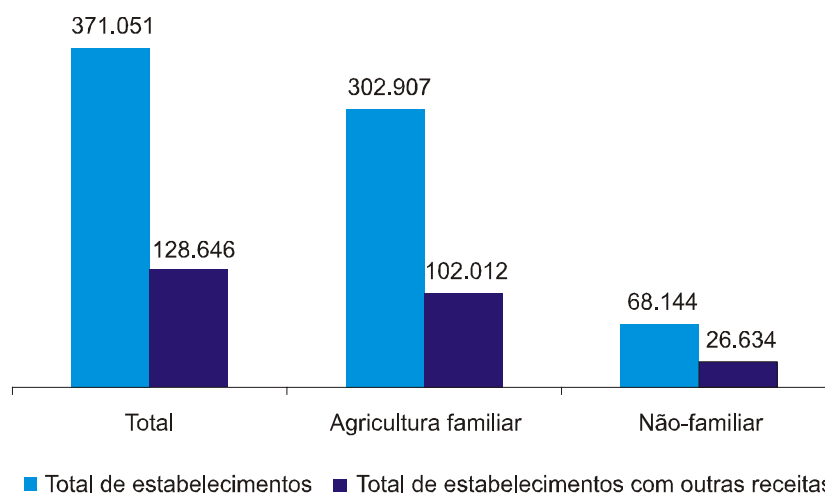
  

MEIOS DE TRANSPORTE	ESTRATO DE ÁREA							
	De 100 a menos de 500 ha		De 500 ha e mais		Sem declaração		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Não possuem	4.401	42,2	230	23,1	57.978	76,7	217.827	58,7
Possuem	6.028	57,8	764	76,9	17.620	23,3	153.224	41,3
<b>TOTAL</b>	<b>10.429</b>	<b>100,0</b>	<b>994</b>	<b>100,0</b>	<b>75.598</b>	<b>100,0</b>	<b>371.051</b>	<b>100,0</b>
Possuem	6.028	100	764	100	17.620	100	153.224	100
Caminhões	3.542	58,8	596	78,0	1.705	9,7	19.823	12,9
Utilitários	3.514	58,3	566	74,1	4.034	22,9	36.376	23,7
Automóveis	2.418	40,1	295	38,6	7.933	45,0	66.365	43,3
Motocicletas	1298	21,5	222	29,1	3.269	18,6	32.054	20,9
Veículos de tração animal	423	7,0	45	5,9	4.943	28,1	51.419	33,6

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Os dados relativos à receita dos estabelecimentos indicam que a produção vegetal e a animal continuam a ser algumas das principais fontes de receita dos estabelecimentos (gráfico 7). Quanto à diversificação das fontes de receita, observa-se uma adesão ainda tímida em relação a outras fontes, como turismo rural, prestação de serviços e outras atividades não-agrícolas, notadamente o setor serviços, em que há uma expectativa de geração de renda complementar (tabela A.6).

GRÁFICO 7 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES E NÃO-FAMILIARES E TOTAL DE ESTABELECIMENTOS QUE OBTIVERAM OUTRAS RECEITAS - PARANÁ - 2006



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Ainda em relação à renda, nota-se que cerca de 30% dos estabelecimentos (102.012) caracterizados como de agricultura familiar possuem outras rendas que não a da produção gerada no estabelecimento; dos 102.012 estabelecimentos, 60% acessam aposentadorias e/ou pensões, renda esta sempre ressaltada pela sua grande importância no meio rural. Deve-se levar em conta que este dado se refere apenas ao responsável pelo estabelecimento, podendo-se afirmar, portanto, que o dado está subestimado para a renda familiar (tabela 8).

Outro fator econômico examinado foi o percentual de estabelecimentos que tiveram desinvestimentos<sup>17</sup>, no caso do Paraná pouco representativo, 2,9%. Mas, na sua quase totalidade este processo se deu nos estabelecimentos da agricultura familiar. Há a hipótese de que parte desse percentual represente famílias que estão deixando de produzir para viver da aposentadoria ou pensão, já que existe também um comprovado envelhecimento da população no espaço rural e são os idosos, seja pela penosidade do trabalho ou pela ausência de serviços, que mais enfrentam dificuldades para se manter no meio rural.

<sup>17</sup> Desinvestimento é o valor obtido com a venda ou transferência definitiva de terras que compunham o estabelecimento; e a venda de máquinas, veículos e implementos que pertenciam ao produtor e que foram utilizados pelos estabelecimentos em 2006.

TABELA 8 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E DA AGRICULTURA FAMILIAR QUE OBTIVERAM RENDA PROVENIENTE DE OUTRAS RECEITAS EM 31/12 E PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO O TIPO DESSAS RECEITAS – PARANÁ E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - 2006

PARANÁ E MESORREGIÕES	ESTABELECIMENTOS COM OUTRAS RENDAS		APOSENTADORIAS OU PENSÕES		DOAÇÕES OU AJUDAS DE PARENTES OU AMIGOS		PROGRAMAS ESPECIAIS DOS GOVERNOS		DESINVESTIMENTOS		SALÁRIOS DO PRODUTOR COM ATIVIDADE FORA DO ESTABELECIMENTO E OUTRAS RECEITAS	
	Total	AF	Total	AF	Total	AF	Total	AF	Total	AF	Total	AF
Paraná	128.646	102.012	67,5	60,0	1,3	1,4	18,7	20,7	2,9	2,8	38,3	28,0
Noroeste	10.237	7.638	73,7	63,4	0,8	0,9	7,4	8,6	1,4	1,4	44,2	33,5
Centro-Occidental	5.900	4.572	70,9	62,8	1,0	1,0	14,7	16,4	4,1	3,9	36,6	25,7
Norte Central	14.371	10.574	67,6	57,3	1,3	1,3	17,4	19,8	3,3	3,3	42,6	31,1
Norte Pioneiro	8.585	6.561	70,0	59,9	1,0	1,2	14,2	16,3	5,0	5,2	39,0	28,9
Centro-Oriental	6.876	5.220	66,7	58,0	1,3	1,3	14,9	16,8	2,0	1,8	44,7	34,6
Oeste	18.832	14.574	73,5	65,2	1,5	1,4	12,3	12,3	2,8	2,9	41,2	29,8
Sudoeste	19.886	17.209	69,9	65,0	0,9	0,9	21,7	23,0	3,0	2,9	29,7	22,1
Centro-Sul	19.293	15.266	56,6	50,6	1,4	1,5	30,0	34,0	2,7	2,7	40,7	29,3
Sudeste	15.986	13.436	63,6	57,9	1,9	2,1	24,4	26,6	2,6	2,6	34,0	25,7
Metropolitana de Curitiba	8.680	6.962	69,1	61,9	2,0	2,1	16,0	17,4	2,0	2,0	35,7	26,1

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

A análise dos dados relativos às rendas médias anuais para 2006 mostra que as mesorregiões Noroeste, Oeste, Norte Central e Centro-Oriental superam o valor médio para o total do Paraná, com destaque para a mesorregião Noroeste. No sentido oposto, a mesorregião Centro-Sul apresenta o menor desempenho, menos da metade da média estadual (tabela 9). Sabe-se que a média pode apresentar distorções, porém é um elemento a mais na análise da agricultura familiar paranaense.<sup>18</sup>

TABELA 9 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR QUE OBTIVERAM RECEITAS E VALOR DAS RECEITAS OBTIDAS EM 31/12, SEGUNDO TIPO DE RECEITA - PARANÁ E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - 2006

PARANÁ E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	VALOR DAS RECEITAS OBTIDAS PELOS ESTABELECIMENTOS EM 31/12 (R\$ mil)	MÉDIA DE RECEITAS DOS ESTABELECIMENTOS (R\$ mil)	OUTRAS RECEITAS (R\$ mil)	MÉDIA DO VALOR DAS RECEITAS E OUTRAS RECEITAS EM 31/12 (R\$ mil)
Paraná	233.540	5.771.948	24,715	6,070	30,785
Noroeste	18.185	742.128	40,810	7,554	48,364
Centro-Occidental	13.715	275.309	20,074	5,953	26,026
Norte Central	31.830	996.840	31,318	6,444	37,762
Norte Pioneiro	17.271	353.785	20,484	6,202	26,686
Centro-Oriental	9.543	240.250	25,176	6,091	31,267
Oeste	37.397	1.208.497	32,315	7,352	39,667
Sudoeste	33.366	746.988	22,388	5,844	28,231
Centro-Sul	26.060	298.163	11,441	4,787	16,228
Sudeste	28.502	528.877	18,556	5,273	23,829
Metropolitana de Curitiba	17.671	381.111	21,567	6,031	27,598

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

<sup>18</sup> A nota técnica n.º 9 "Características do Emprego no Setor Agropecuário e Florestal no Paraná", de Maria Salete Zanchet, Agemir de Carvalho e Vanilda Rosa do Prado, pesquisadores do IPARDES, traz outros elementos para a compreensão da composição da renda. Disponível em: <www.ipardes.pr.gov.br>.

Do ponto de vista do acesso a financiamento, pode-se dizer que houve, nos últimos anos, iniciativa pública voltada a atender os agricultores familiares, como programas do tipo PRONAF, de âmbito nacional, e o Microcrédito, de âmbito estadual. São iniciativas que popularizaram o crédito para os pequenos estabelecimentos.

Os dados do Censo Agropecuário apontam que os estabelecimentos agropecuários do Paraná utilizaram relativamente mais financiamento<sup>19</sup> do que o Brasil. Cerca de 30% dos estabelecimentos paranaenses acessaram algum tipo de financiamento, enquanto esse percentual é de aproximadamente 17% para o Brasil. Nos dados para o Paraná, desagregados por mesorregiões geográficas, destaca-se a Centro-Ocidental, pelo percentual de estabelecimentos não familiares que acessaram financiamento, a saber, 41,4%. Inversamente, a mesorregião Sudoeste apresentou percentual de estabelecimentos da AF com expressivo acesso a financiamento, 47,3%. Este dado reforça uma característica da mesorregião Sudoeste, que é a de abrigar um segmento da agricultura familiar organizado, inserido no mercado e com acesso a políticas de financiamento e comercialização para o setor (tabela 10).

TABELA 10 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E TOTAL DE ESTABELECIMENTOS QUE OBTIVERAM FINANCIAMENTO, SEGUNDO PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO-FAMILIAR - BRASIL, PARANÁ E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - 2006

BRASIL, PARANÁ E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	TOTAL DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS	TOTAL DE ESTAB. QUE OBTIVERAM FINANCIAMENTO	AGRICULTURA FAMILIAR			AGRICULTURA NÃO-FAMILIAR		
			Total	Total que Obteve Financiamento	% que Obteve Financiamento	Total	Total que Obteve Financiamento	% que Obteve Financiamento
Brasil	5.175.489	919.111	4.367.902	780.597	17,9	807.587	138.514	17,2
Paraná	371.051	111.043	302.907	91.277	30,1	68.144	19.766	29,0
Noroeste	37.723	6.438	29.323	4.902	16,7	8.400	1.536	18,3
Centro-Ocidental	21.310	7.736	16.770	5.857	34,9	4.540	1.879	41,4
Norte Central	54.272	13.019	41.407	9.581	23,1	12.865	3.438	26,7
Norte Pioneiro	29.661	6.605	23.356	5.185	22,2	6.305	1.420	22,5
Centro-Oriental	19.174	4.356	14.625	3.130	21,4	4.549	1.226	27,0
Oeste	53.216	20.007	43.752	16.273	37,2	9.464	3.734	39,5
Sudoeste	44.479	20.667	39.532	18.680	47,3	4.947	1.987	40,2
Centro-Sul	41.368	13.601	33.588	11.177	33,3	7.780	2.424	31,2
Sudeste	39.390	13.001	34.665	11.581	33,4	4.725	1.420	30,1
Metropolitana de Curitiba	30.458	5.613	25.889	4.911	19,0	4.569	702	15,4

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Observa-se que o financiamento é predominantemente acessado para o custeio da produção tanto para o caso da agricultura familiar quanto da não-familiar. No caso específico da AF, isto significou 79,8% contra 25% do financiamento para investimento (tabela 11).

<sup>19</sup> Financiamento refere-se à obtenção de financiamento e/ou empréstimos pelo estabelecimento agropecuário, em 2006, com financeiras, bancos, cooperativas, pessoas físicas etc.

TABELA 11 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E TOTAL DE ESTABELECIMENTOS QUE OBTIVERAM FINANCIAMENTO, SEGUNDO A FINALIDADE E A CONDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO - PARANÁ - 2006

CONDIÇÃO	Total	ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS								
		Total que Obteve Financiamento	Finalidade do Financiamento							
			Investimento		Custeio		Comercialização		Manutenção	
			Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Agricultura familiar	302.907	91.277	22.850	25,0	72.799	79,8	385	0,4	2.852	3,1
Não-familiar	68.144	19.766	4.575	23,1	16.225	82,1	155	0,8	745	3,8
TOTAL	371.051	111.043	27.425	24,7	89.024	80,2	540	0,5	3.597	3,2

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Adicionalmente, nesta caracterização são analisados dados referentes a bens domésticos selecionados. Nesse caso, há indicação de que o acesso é mais presente no Paraná quando comparado com os percentuais do Brasil. Observa-se que aproximadamente 22% dos estabelecimentos brasileiros não tinham acesso a nenhum dos bens analisados: televisão com e sem parabólica, DVD, rádio, computador, internet, contra 17,7% dos estabelecimentos paranaenses (tabela 12).

TABELA 12 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS QUE POSSUÍAM ELETRODOMÉSTICOS, SEGUNDO O TIPO DE ELETRODOMÉSTICO UTILIZADO – BRASIL E PARANÁ - 2006

TIPO DE ELETRODOMÉSTICO UTILIZADO	BRASIL		PARANÁ	
	Abs.	%	Abs.	%
Rádio	3.623.283	89,6	290.569	95,1
Televisão com antena parabólica	2.378.568	58,8	207.082	67,8
Televisão com antena comum	1.081.168	26,7	81.918	26,8
DVD	923.975	22,9	85.266	27,9
Videocassete	263.714	6,5	36.436	11,9
Computador	183.604	4,5	30.172	9,9
Acesso à internet	75.396	1,9	12.646	4,1
Total de estabelecimentos com algum eletrodoméstico	4.041.877	100,0	305.509	100,0
Total de estabelecimentos sem eletrodomésticos	1.133.612	21,9	65.542	17,7
Total de estabelecimentos	5.175.489	100,0	371.051	100,0

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Deve-se considerar que esses itens foram investigados levando em conta o estabelecimento, e não o domicílio do responsável. Conforme foi visto anteriormente, no Paraná, cerca de 25% dos responsáveis pelo estabelecimento não moravam neste.

Entre os estabelecimentos paranaenses que possuíam algum dos bens pesquisados, os bens mais populares são o rádio e a televisão com antena parabólica, 95,1% e 67,8%, respectivamente. O computador e o acesso à internet são itens ainda pouco presentes nos estabelecimentos brasileiros de um modo geral, porém, no Paraná, esses percentuais são

relativamente superiores. Todo esse quadro aponta para a necessidade de ampliação do acesso a esses e outros bens no meio rural.

Os dados apresentados nesta seção procuraram traçar o perfil da agricultura familiar captado pelo Censo Agropecuário 2006, a partir do critério da lei, no intuito de captar o papel relevante que ela ocupa no Estado do Paraná, não só pelo número de estabelecimentos, mas também pela parcela de ocupados, pela produção e inserção produtiva, entre outros aspectos.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto anuncia, logo nas primeiras linhas, que a análise da agricultura familiar, por si só, pouco ou em nada contribui para as mudanças necessárias na sociedade brasileira e paranaense. Esta percepção levou a uma exposição que situasse a agricultura familiar no contexto da sua reprodução social, o espaço rural. Explicitou também que a definição de agricultura familiar traz alguma complexidade, não é uma definição tranquila. Por não ser uma categoria, cada analista pode adotar um recorte sem que se possa afirmar que este seja equivocado, porque o rural é múltiplo, complexo nos seus arranjos e, no caso do "rural com gente", complexo na sua capacidade de resistir mas também de desistir.

A produção deste estudo esteve apegada à oportunidade de abordar o tema da agricultura familiar em uma perspectiva exploratória. Nesse sentido, mais do que diagnosticar, interessou-nos (re)colocar aspectos relativos à agricultura familiar que, por sua relação com o desenvolvimento, pudessem trazer alguma contribuição no sentido da realização deste. Espera-se, também, despertar o interesse em aprofundar esses e outros aspectos em investigações futuras.

As mudanças demográficas, associadas às transformações que vêm sendo observadas no meio rural, impõem novos estudos que permitam precisar a diversidade das gentes que ali vivem, mapear demandas e necessidades de tal forma que a ação pública possa ser mais eficaz, indo em direção às expectativas de seus habitantes

Enquanto proposta, o texto retomou um debate que, no início da década, havia sido colocado, com certa ênfase, nacionalmente. De forma resumida, este debate discute a integração do espaço rural aos planos de desenvolvimento, espaço este do qual a agricultura familiar é certamente um dos elementos fundadores. Passada uma década da publicação de estudos referenciais sobre ruralidade, é preciso recuperar algumas interpretações.

O olhar, mesmo distraído, para o Estado do Paraná não pode deixar de reparar nos seus vazios, nas suas áreas produtivas, nas suas cidadezinhas... No entanto, despreocupados, assumimos a urbanidade do Paraná. A perspectiva analítica que defendemos é a de assumir o papel social que o rural cumpre no desenvolvimento com tudo o que nele existe de mais particular, mas não em oposição ao urbano, e sim na sua interação.

Quando, nos anos sessenta, é diagnosticado que "[...] O caipira é condenado à urbanização, todo o esforço de uma política rural baseada cientificamente (isto é, atenta aos estudos e pesquisas da Geografia, da Economia Rural, da Agronomia e da Sociologia) deve ser justamente no sentido de urbanizá-lo, o que, note-se bem, é diferente de trazê-lo para a cidade" (CANDIDO, 1982). Fica claro que, já àquela época, o acesso aos direitos básicos de moradia, educação, saúde e a tudo o que historicamente faltava, e ainda falta, no rural era diretamente relacionado às possibilidades apresentadas para o meio urbano. Razões históricas explicam essa associação entre complexidade das estruturas de serviços e espaços urbanos, mas fugiria ao escopo deste texto explorá-las. No entanto, o que deve ser ressaltado é o fato de que no século XXI não faz nenhum sentido definir o rural pelo negativo, pelo que não se tem. Mais do que isso, os direitos assegurados na Constituição de 1988 são dirigidos a todos, independentemente do espaço em que se vive.

A ideia de "urbanização" do rural se materializa nas comunidades, distritos e pequenos municípios através da estrutura de serviços – escola, posto de saúde, instituição religiosa, clube, mercearia, posto de combustíveis, lanchonetes, *lan houses* etc. São espaços também de socialização, onde estão o salão comunitário e o cemitério. São espaços de se encontrar, confraternizar. Este local nada mais é do que a organização da vida cotidiana.

À medida que os espaços rurais vão sendo dotados de infraestrutura e serviços, as escolhas são ampliadas e a população passa a ter a opção de permanecer no meio rural. Sabe-se que a adversidade gerada pela ausência de infraestrutura e serviços acaba por forçar a saída do rural – por parte dos mais jovens, particularmente – em direção aos centros urbanos. Ainda, a migração envolve perdas de bens intangíveis, como a história e a cultura, a confiança, as relações de vizinhança, enfim, tudo a que essas pessoas estão habituadas e das quais se reconhecem como parte. Avançar em direção a uma sociedade justa significa provê-la de opções.

Nesse sentido, é preciso levar em conta que o rural, além de se fazer representar pelos pequenos municípios, engloba as áreas de produção extensiva, agricultores familiares e um setor de subsistência representativo. Esse contexto de conflito de interesses exige que seja retomada, em toda a sua expressão, a função social do direito de propriedade, previsto no Estatuto da Terra, como instrumento de equidade.

O projeto de desenvolvimento da agricultura familiar deve abrigar duas facetas:<sup>20</sup> programa de fomento da agricultura familiar e limitações às irresponsabilidades legais. O fomento da AF deve contar com uma estratégia diferenciada e diversificada voltada à geração de excedente monetário. O fomento passa, por exemplo, pelo Plano Safra<sup>21</sup>, instrumento capaz de promover o reordenamento social da estrutura agrária. Este Plano, ao garantir a comercialização,

---

<sup>20</sup> DELGADO, Guilherme. Seminário interno "Política Agrícola e a Questão Agrária", realizado no IPARDES em 26 de agosto de 2010.

<sup>21</sup> Em 2003 o Plano Safra foi estendido para a agricultura familiar.



promove o associativismo (escala) e estabelece uma política agrícola nova, de base local, pautada na segurança de comercialização. Essa é uma circunstância capaz de estruturar a agricultura familiar. E quanto às limitações legais, dizem respeito à observação do marco legal, em especial ao meio ambiente e à segurança alimentar.

É preciso lembrar que, a despeito das muitas expectativas surgidas no início dos anos 1990, a pluriatividade é pouco representativa no Paraná. A composição da renda está pautada nas aposentadorias, na produção de origem vegetal e animal. O fato de o censo apontar 9 mil estabelecimentos com renda mensal de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo é um indicativo da precariedade que incide no meio rural, ainda que se considere que os salários estejam subestimados no Censo Agropecuário 2006.

No entanto, é preciso destacar também que, em relação ao setor familiar e camponês, vêm aparecendo várias novidades induzidas por um novo padrão de consumo em que a produção orgânica tem papel importante.<sup>22</sup> O futuro da agricultura familiar depende de uma agricultura técnica e da crescente incorporação do valor de uso em substituição ou complementação ao valor de troca (mercantil). Nessa direção, as certificadoras, as paisagens, a cultura (representada no modo de vida) e os mercados institucionais constituem ativos de valor de uso.

A agricultura e a pecuária constituem algumas das atividades mais agressivas ao meio ambiente, seja pelo uso abundante da água, pelo movimento de terras ou pelo uso intensivo e, às vezes, indiscriminado de defensivos químicos. Levando em conta esse aspecto, a agricultura familiar detém os atributos e as condições para cumprir um importante papel de equilíbrio ambiental e segurança alimentar por meio de práticas como a agricultura orgânica, a preservação da paisagem, a garantia de alimentos seguros e saudáveis. Como bem lembrado por Guilherme Delgado no referido Seminário, essa questão ganha relevância quando consideramos que o fator ambiental não foi 'ainda' naturalizado como o foram a precarização das condições de trabalho e a concentração das terras (seminário Ipardes, 2010).

Essas considerações ganham escopo com a incorporação da ideia de ruralidade à agenda do desenvolvimento ou à luta contra o subdesenvolvimento. O desenvolvimento só é possível com o enfrentamento do subdesenvolvimento<sup>23</sup>, e "a ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Essa é e será cada vez mais um *valor* para as sociedades contemporâneas" (ABRAMOVAY, 2009).

---

<sup>22</sup> Ver a nota técnica n.º 8 "Desenvolvimento Rural Sustentável a partir da Agroecologia e da Agricultura Orgânica: o caso do Paraná", de Ivo Barreto Melão, pesquisador do IPARDES. Disponível em: <[www.ipardes.pr.gov.br](http://www.ipardes.pr.gov.br)>.

<sup>23</sup> Conforme Carlos Antônio Brandão, no Seminário interno "Desenvolvimento regional com foco nas tendências gerais e desafios colocados em particular para o espaço paranaense", realizado no IPARDES em 16 de setembro de 2010.

Nesse sentido, a noção de ruralidade, ao dar visibilidade para a organização do espaço paranaense, chama a atenção para as especificidades das regiões em que predominam as áreas rurais e os pequenos municípios. Esses espaços exigem ordenamento distinto para as suas demandas produtivas e sociais e, principalmente, estão à espera de propostas de políticas públicas que repensem o papel dos municípios no contexto rural.

Trata-se de repensar o contexto dado pela inter-relação entre os pequenos e médios municípios que, numa perspectiva inclusiva, abarcam as zonas urbana e rural, distritos, bairros e comunidades. Esta perspectiva vai na direção da complementaridade e da soma de esforços para melhor atender a população e criar oportunidades de ocupação, emprego e renda. Dentre o muito que ainda falta no espaço rural paranaense, o acesso aos equipamentos públicos e às estruturas de serviços deve ser priorizado na medida em que constitui condição para alcançar níveis desejáveis de bem-estar social. A inclusão da população rural está condicionada ao acesso – palavra-chave para a equidade.

É preciso também considerar que "a relação do meio rural com as cidades tem uma dupla natureza: por um lado, as áreas rurais são sempre polarizadas por pequenos ou médios assentamentos onde se concentram alguns serviços e infraestrutura básica.

A implementação de um projeto verdadeiramente inclusivo nos espaços rurais considera a dispersão da população e atenta para a infraestrutura, especialmente para estradas que permitam o acesso rápido e seguro a estruturas de serviços. Essa condição é necessária tanto para a circulação de pessoas quanto para o escoamento da produção.

Além disso, as estruturas de serviços de atendimento básico, como é o caso da saúde, educação, assistência social, entre outras, dependem de organizações que levem em conta as escalas. Os municípios, em cooperação, podem enfrentar melhor os seus problemas comuns e lograr uma maior capacidade de resposta às demandas da população.

[...] As pequenas aglomerações pertencentes a espaços predominantemente rurais podem desempenhar um papel importante, o de *bourg rural*. Entre as inúmeras outras comunas do espaço predominantemente rural, algumas dão provas de um dinamismo gerado pela proximidade e a influência, ainda que moderada, mas não-desprezível, de uma cidade, enquanto outras conhecem apenas o isolamento e o declínio (LE JEANNIC; PIGUET, 1998, p.13, citados por ABRAMOVAY, 2009).

As ações que se referenciam pelo espaço, como é o caso da ruralidade, buscam superar os limites implícitos nas intervenções setoriais ou muito específicas, que tendem a ignorar a complexidade da realidade. E, não pode passar despercebido que os mais eminentes pensadores brasileiros tomam a obra e a vida de Celso Furtado como referência e

o reverenciam: é o mestre<sup>24</sup>. Aquele que apontou o caminho do desenvolvimento e, no dizer de Garcia: "O mestre conhecia a natureza multidimensional do processo de desenvolvimento [...]" (GARCIA, 2009).

Como pensar os próximos anos para construir o desejado, este é o compromisso que vem acoplado aos dois 'is' que acompanham o ser humano: "identidades e interesses" (BRANDÃO, 2010). Seguindo essa trilha, qualquer conceito de desenvolvimento passa pelo fato de a região, município, localidade, entre outros, estarem aumentando as suas opções e, com isso, sendo mais "donos do seu próprio nariz".

O ponto de partida do desenvolvimento deveria ser

[...] o horizonte de aspirações da coletividade, considerada esta não abstratamente, mas como um conjunto de grupos ou estratos com perfil definido, assim como o sistema de decisões que prevalece nessa sociedade e os fatores limitantes que escapam ao poder interno de decisão. Desenvolvimento é a transformação do conjunto das estruturas de uma sociedade, em função de objetivos que se propõe alcançar essa sociedade (FURTADO, 1968, p.17-18).

É com essas referências que finalizamos este texto. Se, por um lado, os dados do Censo Agropecuário 2006, para a agricultura familiar, disponibilizados no Sidra (Sistema IBGE de Recuperação Automática), como foi mencionado, não capta toda a diversidade dos arranjos familiares e produtivos encontrados no espaço rural, por outro permitem estabelecer um dimensionamento efetivo da AF.

O que salta aos olhos é a maciça preponderância desses estabelecimentos no conjunto dos estabelecimentos e, também, a participação no VBP-A, demonstrando que a agricultura familiar é mais do que produção para a subsistência. No contexto paranaense a agricultura familiar tem importante papel na produção agrícola, como visto nos dados. Essa participação se dá de várias formas, com maior ou menor grau de inserção no mercado, vide o peso desses estabelecimentos na produção integrada com as indústrias de aves, suínos e fumo. Sobre este ponto abre-se uma incógnita sobre os rumos dessa crescente participação da AF nesse tipo de produção, pois ela tende a levar a uma especialização. Se, por um lado, essa relação aumenta a possibilidade de regularidade monetária, assistência técnica e garantia de comercialização e isto constitui atrativo para o produtor, por outro essa situação traz como consequência uma economia refém da política industrial do setor, além da perda gradativa da diversidade produtiva do estabelecimento e da autonomia do produtor, características centrais da agricultura familiar. A inserção dos produtores familiares no arranjo das empresas integradoras necessita ser analisada no contexto do crescente e irreversível processo de monetarização no meio rural.

---

<sup>24</sup> "O Celso Furtado é uma espécie de matriz da referência de quem não desiste nunca, e que repete tantas vezes quanto for necessário quais são as condições estruturais de mudança, e que mesmo que elas sejam difíceis, não podemos abrir mão delas. Senão o caminho não muda. E isto é uma marca de pensador, de intelectual e de militante, o que é muito raro num país como o nosso. Eu acho que ele é uma figura exemplar neste sentido." (Maria da Conceição Tavares, no filme *O Longo Amanhecer*, de José Mariani).

A importância da agricultura familiar passa também pelo papel que ela cumpre na produção de alimentos e no abastecimento interno. Sob este aspecto, "a produção de subsistência é mais ampla que autoconsumo. Enquanto esse pressupõe somente o que é consumido pela família, aquela envolve ainda a produção destinada à circulação mercantil, a partir da qual são adquiridos recursos igualmente importantes para a reprodução social" (GRISA e SCHNEIDER, 2008).

No estudo recente de Grisa e Schneider foi constatada a condição de complementaridade dentro da unidade de produção, em que o autoconsumo continua sendo uma estratégia a que recorre a grande maioria das explorações familiares, cumprindo um papel importante na agricultura familiar. Os dados apresentados pela autora questionam a ideia de que "autoconsumo é um tipo de produção arcaica e, como a enxada, seria substituído à medida que as unidades familiares mecanizam o processo produtivo e se inserem aos mercados" (GRISA e SCHNEIDER, 2008, p.512). Ela também descarta a marginalidade ou a insignificância atribuída à produção para o autoconsumo, pois é uma produção presente para a grande maioria dos agricultores e desempenha importantes funções.

O presente trabalho aponta para a resistência cultural da organização da agricultura familiar, que, mesmo sob pressão da especialização comandada principalmente pelas integradoras, preserva uma produção característica desse setor. Ainda segundo Grisa, os agricultores familiares plantam "pro gasto" por motivos não só econômicos mas vinculados à saúde e à cultura. Além do peso que tem o consumo de produtos sem agrotóxicos, a produção para o autoconsumo oferece uma certa autonomia alimentar, que tem a ver com o sentimento de que, se tudo faltar, ainda assim se terá o que comer.

A viabilização da família, mesmo aquelas que sobrevivem no rural dispendo de pouca área, se dá pela complementação da renda sob várias frentes, lideradas pela renda do estabelecimento, mas também pelas rendas advindas dos salários e aposentadorias e, ainda, pela produção para o consumo da família. As rendas externas ao estabelecimento como aposentadorias/pensões e salários estão presentes em 34,7% dos estabelecimentos.

Por ora, a AF ainda não é objeto de uma ação concertada que faça jus a sua relevância. Avançar na compreensão do rural passa pelo reconhecimento de que se trata de um espaço multifuncional, com crescente interesse público – nascentes d'água, biodiversidade, abastecimento. Passa também por agregar os pequenos municípios na concepção de políticas, passa pela diversidade dos arranjos familiares e produtivos, contemplando as dimensões espacial (ruralidade, população, cultura), econômica (produção, renda) e ambiental (diversidade, sustentabilidade) orientadas pela equidade.

Enfim, é preciso aprofundar o conhecimento sobre o papel estratégico que o espaço rural e a agricultura familiar ocupam no desenvolvimento. Nesse sentido, uma política consistente de desenvolvimento não pode prescindir de estudos regionalizados que possam subsidiar estratégias específicas para a agricultura familiar.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e o uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v.11, n.2, p.73-78, abr./jun.1997.
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 6.ed. São Paulo : Duas Cidades, 1982. 284p.
- CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Org.). **A questão agrária**: Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin. São Paulo: Brasiliense, 1981
- CUNHA, José Marcos Pinto; RODRIGUES, Izilda Aparecida. Redistribuição espacial da população, segundo a situação do domicílio: novas considerações sobre o urbano e o rural no Estado de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 2, 2000, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000. p.229-259.
- FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Desafios ao desenvolvimento do Brasil**. Brasília, IPEA, jan. 2009. 50p. (Texto para Discussão n. 1373).
- GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Iniquidade social no Brasil: uma aproximação e uma tentativa de dimensionamento**. Brasília, IPEA, ago. 2003a. 32p. (Texto para Discussão n. 971).
- GARCIA, Ronaldo Coutinho. **O desenvolvimento rural e o PPA 2000/2003**: uma tentativa de avaliação. Brasília, IPEA, 2003b. 46p. (Texto para Discussão n. 938).
- GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Plantar pro gasto: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.46, n.2, p.481-515, jun. 2008.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2006 – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**: notas técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 96p.
- IPARDES, Seminários internos: **José Sidnei Gonçalves**, Curitiba, 25 de junho de 2010; **Guilherme Delgado**, Curitiba, 26 de agosto de 2010; **Jorge Mattoso**, Curitiba, 02 de setembro de 2010; **Antônio Carlos Brandão**, Curitiba, 16 de setembro de 2010; **Mari Alegrete**, Curitiba, 28 de setembro de 2010.
- IPARDES. **Avaliação final de impacto socioeconômico da atividade comunidades rurais pobres**. Curitiba : IPARDES, 2006a. 138p. Projeto Paraná 12 Meses. Componente Desenvolvimento da Área Social. Subcomponente Alívio da Pobreza no Meio Rural. Atividade: Comunidades Rurais Pobres.

IPARDES. **Avaliação final de impacto socioeconômico da atividade vilas rurais**. Curitiba : IPARDES, 2006a. 78p. Projeto Paraná 12 Meses. Componente Desenvolvimento da Área Social. Subcomponente Alívio da Pobreza no Meio Rural. Atividade: Vilas Rurais.

IPARDES. BDE Web, **Contagem da população 2007** (ver como referenciar)

IPARDES. **Os vários Paraná**s: linhas de ação para a dimensão econômica, social e institucional. Curitiba : IPARDES, 2006b. 42p.

IPARDES. **Primeiros resultados do Censo Agropecuário 2006 - Paraná**: nota técnica. Curitiba : IPARDES, 2009a. 13p.

IPARDES. **Caracterização socioeconômica da atividade leiteira do Paraná**: sumário executivo. Curitiba : IPARDES, 2009b. 29p. Elaboração IPARDES e EMATER. Convênio IPARDES, SETI, EMATER.

IPARDES. **Tipologia dos municípios paranaenses, segundo indicadores socioeconômicos e demográficos**. Curitiba: IPARDES, 2003. 92p

JOLLIVET, M. A vocação atual da sociologia rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n.11, p.5- 25, out. 1998.

KAGEYAMA, A.; SILVA, J. G. da *et al.* **O novo padrão agrícola brasileiro**: do complexo rural aos complexos agroindustriais. 1987. (texto avulso).

LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A agricultura familiar**: do mito à realidade. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. v.2.

MARIANI, José **O longo amanhecer**: cinebiografia de Celso Furtado. 2004. filme, 73 minutos aproximadamente.

MARTINE, Jorge; GARCIA, Ronaldo Coutinho (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Ed. Caetés, 1987.

MARTINS, J. de S. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n.15, p. 5-12, out. 2000.

PEREZ, Antonio; CABALLERO, José María, **La nueva ruralidad en Europa y su interés para América Latina**. FAO, 2003. 28p.

QUEIROZ, M. I. P. de. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Org.). **Vida rural e mudança social**: leituras básicas de sociologia rural. 3.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. p.160-176.

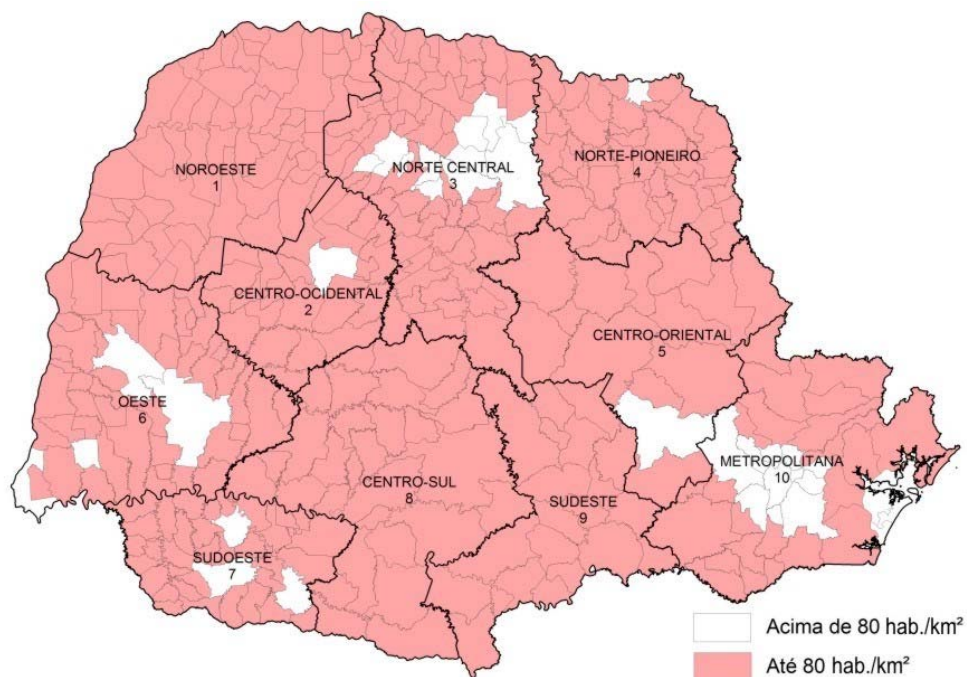
SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SARACENO, E. **O conceito de ruralidade**: problemas de definição em escala europeia. Programa de seminários Inea sobre desenvolvimento nas áreas rurais – métodos de análise e políticas de intervenção. Roma, out. 1996. (Trad. do original italiano por Angela Kageyama, do Instituto de Economia da UNICAMP).

- SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- SCHNEIDER, Sérgio; NIEDERLE, Paulo André. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, Fabio Gelape; FARIA NETO, Austecínio Lopes de (Org.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Ed. Planaltina, DF. Embrapa Cerrado, 2008. p.989-1014.
- SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**. [s. l.]: [s. n.], 1997.
- SILVA, J. G. da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: **Estudos avançados: dossiê desenvolvimento rural**. São Paulo. Editora da USP, 2000.
- SIQUEIRA, D; OSÓRIO, R. O conceito de rural. In: GIARRACA, N. (**Compiladora**) **¿Una nueva ruralidad in America Latina?** Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2001. p.67-79.
- SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. de S. (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p.198-224.
- VARASCHIN, Vitorio Manoel; LAURENTI, Antonio Carlos. **Fatores limitantes ao desenvolvimento da agricultura familiar de subsistência da região centro-sul do Paraná**. Londrina: IAPAR, 1991. 47p. (Boletim Técnico, 37).
- VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias**. Campinas: Autores Associados, 2002.
- VEIGA, J. E. da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.18, n.51, 2004.
- VEIGA, J. E. da. Diretrizes para uma nova política agrária. In: **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.
- VEIGA, J. E. da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, p101-119, 2001.
- VILLA VERDE, Valéria. **Territórios, ruralidade e desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES, 2004.
- WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, N. (**Compiladora**) **¿Una nueva ruralidad in America Latina?** Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2001. p.31-44.
- WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Revista Desenvolvimentos e Meio Ambiente**, Curitiba, n.2, p.29-37, jul./dez. 2000.
- WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Apresentado ao 20.º Encontro Anual da Anpocs, Grupo de trabalho – Processos sociais agrários. Caxambu, out, 1996. Disponível em:  
<<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/nazareth96-1.pdf/download>>. Acesso em: 08 jun. 2010.

## APÊNDICE

MAPA A.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS COM DENSIDADE ATÉ 80 HAB./KM<sup>2</sup> - PARANÁ - 2007

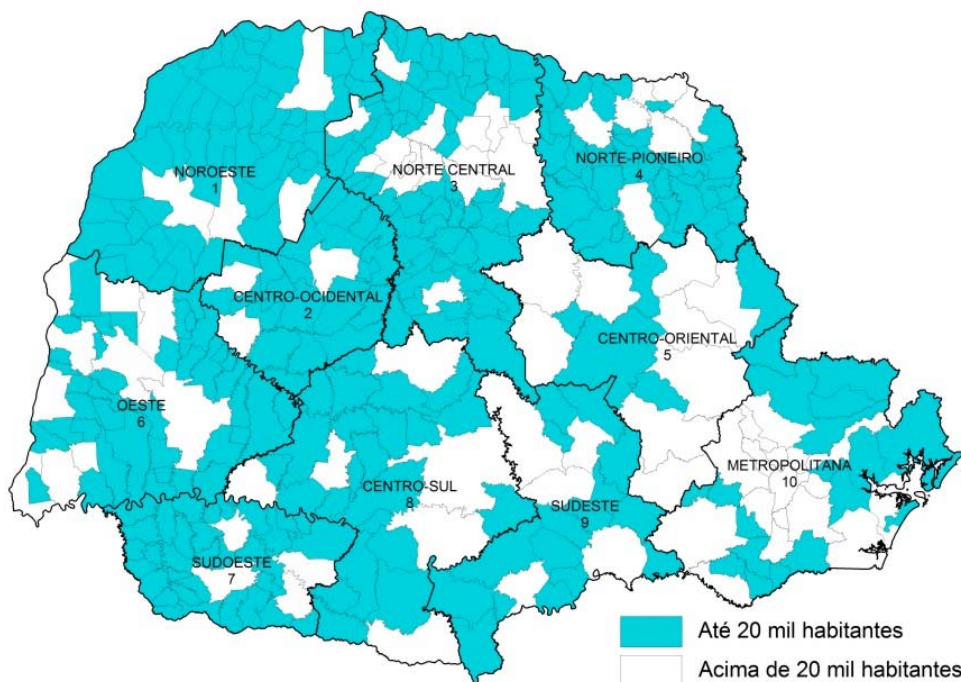


FONTE: IBGE

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Base Cartográfica SEMA (2007)

MAPA A.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ATÉ 20 MIL HABITANTES - PARANÁ - 2007



FONTE: IBGE

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Base Cartográfica SEMA (2007)



TABELA A.1 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM PRODUÇÃO DE AVES INTEGRADA À INDÚSTRIA, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL - BRASIL, PARANÁ E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - 2006

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	BRASIL	PARANÁ	NOROESTE	CENTRO-OCIDENTAL	NORTE CENTRAL	NORTE PIONEIRO
Até 10 ha	18.809	5.590	490	51	904	234
De 10 a menos de 20 ha	15.698	3.310	271	41	414	99
De 20 a menos de 50 ha	16.787	3.194	237	36	331	93
De 50 a menos de 100 ha	4.885	1.067	92	19	106	39
De 100 a menos de 200 ha	2.010	461	46	8	81	22
De 200 a menos de 500 ha	1.332	190	23	10	36	8
De 500 ha e mais	713	48	4	3	9	
Produtor sem área	741	170	4	-	24	8
TOTAL	60.975	14.030	1.167	168	1.905	503
GRUPOS DE ÁREA TOTAL	CENTRO-ORIENTAL	OESTE	SUDOESTE	CENTRO-SUL	SUDESTE	METROPOLITANA DE CURITIBA
Até 10 ha	295	1.860	1.098	48	89	521
De 10 a menos de 20 ha	107	1.333	746	40	53	206
De 20 a menos de 50 ha	106	1.437	709	51	44	150
De 50 a menos de 100 ha	45	505	174	17	15	55
De 100 a menos de 200 ha	37	174	59	14	7	13
De 200 a menos de 500 ha	24	54	20	8	4	3
De 500 ha e mais	4	3	5	9		11
Produtor sem área	6	18	46	1	16	47
TOTAL	624	5.384	2.857	188	228	1.006

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

TABELA A.2 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM PRODUÇÃO DE SUÍNOS INTEGRADA À INDÚSTRIA, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL - BRASIL, PARANÁ E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - 2006

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	BRASIL	PARANÁ	NOROESTE	CENTRO-OCIDENTAL	NORTE CENTRAL	NORTE PIONEIRO
Mais de 0 a menos de 10 ha	8.387	2.667	130	31	213	39
De 10 a menos de 20 ha	11.183	2.135	97	23	154	16
De 20 a menos de 50 ha	12.926	1.992	65	19	121	22
De 50 a menos de 100 ha	3.311	607	24	9	36	5
De 100 a menos de 200 ha	1.219	243	10	5	27	3
De 200 a menos de 500 ha	755	123	7	9	12	5
De 500 ha e mais	443	33	2	1	3	2
Produtor sem área	322	85	1	-	4	-
TOTAL	38.546	7.885	336	97	570	92
GRUPOS DE ÁREA TOTAL	CENTRO-ORIENTAL	OESTE	SUDOESTE	CENTRO-SUL	SUDESTE	METROPOLITANA DE CURITIBA
Mais de 0 a menos de 10 ha	152	1.525	362	26	89	100
De 10 a menos de 20 ha	73	1.191	402	38	85	56
De 20 a menos de 50 ha	99	1.122	373	54	76	41
De 50 a menos de 100 ha	41	340	83	29	19	21
De 100 a menos de 200 ha	16	112	34	11	19	6
De 200 a menos de 500 ha	23	36	14	12	4	1
De 500 ha e mais	7	5	1	10		2
Produtor sem área	-	37	17	4	9	13
TOTAL	411	4.368	1.286	184	301	240

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

TABELA A.3 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM PRODUÇÃO DE FUMO EM FOLHA SECA, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL - PARANÁ E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - 2006

GRUPOS DE ÁREA TOTAL	PARANÁ	NOROESTE	CENTRO-OCIDENTAL	NORTE CENTRAL	NORTE PIONEIRO	CENTRO-ORIENTAL	OESTE	SUDOESTE	CENTRO-SUL	SUDESTE	METROPOLITANA DE CURITIBA
Mais de 10 ha	12.785	24	92	77	1	536	1.247	2.117	570	6.423	1.698
De 10 a menos de 20 ha	6.590	15	54	36	2	210	700	1.635	674	2.673	591
De 20 a menos de 50 ha	3.885	7	23	31	-	152	370	673	403	1.915	311
De 50 a menos de 100 ha	570	-	5	5	-	28	40	61	36	326	69
De 100 e mais	131	1	0	1	0	7	12	11	7	84	8
Produtor sem área	435	-	1	-	0	4	10	23	11	280	106
<b>TOTAL</b>	<b>24.396</b>	<b>47</b>	<b>175</b>	<b>150</b>	<b>3</b>	<b>937</b>	<b>2.379</b>	<b>4.520</b>	<b>1.701</b>	<b>11.701</b>	<b>2.783</b>

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

TABELA A.4 - PRODUÇÃO TOTAL DE FUMO EM FOLHA SECA E TOTAL ENTREGUE A EMPRESAS INTEGRADORAS - PARANÁ E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - 2006

PARANÁ E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	PRODUÇÃO TOTAL DE FUMO EM FOLHA	TOTAL ENTREGUE À EMPRESA INTEGRADORA	
		Abs.	%
Paraná	24.396	17.537	71,9
Noroeste	47	11	23,4
Centro-Ocidental	175	68	38,9
Norte Central	150	57	38,0
Norte Pioneiro	3	1	33,3
Centro-Oriental	937	784	83,7
Oeste	2.379	1.437	60,4
Sudoeste	4.520	3.298	73,0
Centro-Sul	1.701	1.190	70,0
Sudeste	11.701	8.539	73,0
Metropolitana de Curitiba	2.783	2.152	77,3

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

TABELA A.5 - NÚMERO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EXISTENTES NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA - PARANÁ - 2006

GRUPOS DE ÁREA DE LAVOURAS (HA)	TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	ESTABELECIMENTOS QUE POSSUEM AS MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS							
		Arados	Grades e/ou Enxadas Rotativas	Roçadeiras	Semeadeiras e/ou Plantadeiras	Colheitadeiras	Pulverizadores e/ou Atomizadores	Adubadeiras e/ou Distribuidoras de Calcário	Ceifadeiras (picadeiras de forragens)
Maior de 0 a menos de 10	206.902	18,2	15,0	3,1	5,8	0,9	6,2	1,7	4,1
De 10 a menos de 51	66.951	34,4	38,5	10,2	29,3	9,1	34,4	12,4	8,2
De 50 a menos de 100	10.177	45,1	52,3	23,6	53,6	29,6	54,2	28,9	11,7
De 100 a menos de 200	5.635	49,4	58,2	34,9	61,2	43,4	60,6	39,7	12,2
De 200 a menos de 500	4.794	36,0	42,7	30,9	46,0	36,6	45,9	35,1	9,9
De 500 e mais	994	54,5	68,3	60,1	71,3	61,4	71,0	63,2	18,5
Produtor sem área de lavouras	75.598	5,1	5,1	3,2	1,8	0,3	1,6	1,3	1,6
<b>TOTAL</b>	<b>371.051</b>	<b>20,0</b>	<b>19,4</b>	<b>6,0</b>	<b>12,1</b>	<b>4,3</b>	<b>13,2</b>	<b>5,5</b>	<b>4,7</b>

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

TABELA A.6 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR QUE OBTIVERAM RECEITAS EM 31 DE DEZEMBRO, SEGUNDO TIPO DE RECEITA - BRASIL, PARANÁ E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - 2006

continua

TIPO DE RECEITA	BRASIL, PARANÁ E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS													
	Brasil		Paraná		Nordeste		Centro-Ocidental		Norte Central		Norte Pioneiro		Centro-Oriental	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Produtos vegetais	1.970.265	65,0	171.964	73,6	9.167	50,4	10.590	77,2	24.415	76,7	12.452	72,1	5.327	55,8
Animais e seus produtos	1.729.341	57,1	128.105	54,9	11.860	65,2	6.219	45,3	13.077	41,1	8.130	47,1	5.912	62,0
Animais criados em cativeiros (jacaré, escargot, capivara e outros)	9.802	0,3	571	0,2	21	0,1	48	0,3	1.035	3,3	40	0,2	48	0,5
Húmus	878	0,0	47	0,0	5	0,0	2	0,0	597	1,9	1	0,0	-	-
Esterco	25.124	0,8	2.094	0,9	165	0,9	18	0,1	274	0,9	126	0,7	118	1,2
Atividades de turismo rural no estabelecimento	2.188	0,1	164	0,1	14	0,1	5	0,0	266	0,8	9	0,1	5	0,1
Exploração mineral	4.411	0,1	172	0,1	11	0,1	1	0,0	179	0,6	7	0,0	9	0,1
Produtos da agroindústria	279.443	9,2	7.121	3,0	165	0,9	119	0,9	94	0,3	241	1,4	409	4,3
Prestação de serviço de beneficiamento e/ou transformação de produtos agropecuários para terceiros	37.101	1,2	2.049	0,9	98	0,5	146	1,1	19	0,1	134	0,8	191	2,0
Prestação de serviço para empresas integradoras	38.342	1,3	7.936	3,4	735	4,0	168	1,2	7	0,0	324	1,9	335	3,5
Outras atividades não-agrícolas realizadas no estabelecimento (artesanato, tecelagem etc.)	28.797	1,0	1.641	0,7	63	0,3	73	0,5	7	0,0	77	0,4	68	0,7
<b>TOTAL</b>	<b>3.031.170</b>	<b>100,0</b>	<b>233.540</b>	<b>100,0</b>	<b>18.185</b>	<b>100,0</b>	<b>13.715</b>	<b>100,0</b>	<b>31.830</b>	<b>100,0</b>	<b>17.271</b>	<b>100,0</b>	<b>9.543</b>	<b>100,0</b>

TABELA A.6 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR QUE OBTIVERAM RECEITAS EM 31 DE DEZEMBRO, SEGUNDO TIPO DE RECEITA - BRASIL, PARANÁ E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS - 2006

TIPO DE RECEITA	BRASIL, PARANÁ E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS																conclusão
	Norte Central		Norte Pioneiro		Centro-Oriental		Oeste		Sudoeste		Centro-Sul		Sudeste		Metropolitana de Curitiba		
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
Produtos vegetais	24.415	76,7	12.452	72,1	5.327	55,8	28.077	75,1	23.034	69,0	19.644	75,4	25.837	90,6	13.421	75,9	
Animais e seus produtos	13.077	41,1	8.130	47,1	5.912	62,0	21.375	57,2	25.775	77,2	17.927	68,8	9.883	34,7	7.947	45,0	
Animais criados em cativeiros (jacaré, <i>escargot</i> , capivara e outros)	1.035	3,3	40	0,2	48	0,5	143	0,4	43	0,1	30	0,1	54	0,2	50	0,3	
Húmus	597	1,9	1	0,0	-	-	6	0,0	10	0,0	2	0,0	5	0,0	9	0,1	
Esterco	274	0,9	126	0,7	118	1,2	652	1,7	586	1,8	19	0,1	49	0,2	95	0,5	
Atividades de turismo rural no estabelecimento	266	0,8	9	0,1	5	0,1	34	0,1	17	0,1	9	0,0	19	0,1	33	0,2	
Exploração mineral	179	0,6	7	0,0	9	0,1	10	0,0	5	0,0	26	0,1	86	0,3	10	0,1	
Produtos da agroindústria	94	0,3	241	1,4	409	4,3	1.049	2,8	2.411	7,2	836	3,2	858	3,0	436	2,5	
Prestação de serviço de beneficiamento e/ou transf de prod agropecuários para terceiros	19	0,1	134	0,8	191	2,0	322	0,9	313	0,9	333	1,3	232	0,8	101	0,6	
Prestação de serviço para empresas integradoras	7	0,0	324	1,9	335	3,5	2.819	7,5	1.728	5,2	203	0,8	221	0,8	368	2,1	
Outras atividades não-agrícolas realizadas no estabelecimento (artesanato, tecelagem etc.)	7	0,0	77	0,4	68	0,7	263	0,7	316	0,9	167	0,6	153	0,5	187	1,1	
<b>TOTAL</b>	<b>31.830</b>	<b>100,0</b>	<b>17.271</b>	<b>100,0</b>	<b>9.543</b>	<b>100,0</b>	<b>37.397</b>	<b>100,0</b>	<b>33.366</b>	<b>100,0</b>	<b>26.060</b>	<b>100,0</b>	<b>28.502</b>	<b>100,0</b>	<b>17.671</b>	<b>100,0</b>	

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário